



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA
FACULDADE DE GEOGRAFIA

YASMIN BATISTA VIEIRA COSTA

**TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS ASSOCIADAS AO AÇAÍ E ÀS
DINÂMICAS DE MERCADO EM IGARAPÉ-MIRI (PA)**

ANANINDEUA-PA
2026

YASMIN BATISTA VIEIRA COSTA

**TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS ASSOCIADAS AO AÇAÍ E ÀS
DINÂMICAS DE MERCADO EM IGARAPÉ-MIRI (PA)**

Monografia apresentada à Faculdade de Geografia da Universidade Federal do Pará, *Campus* Universitário de Ananindeua, como requisito parcial para a obtenção do Título de Licenciada em Geografia.

Orientador (a): Prof. Dr. Jônatha Rodrigo de Oliveira Lira

ANANINDEUA - PA

2026

YASMIN BATISTA VIEIRA COSTA

**TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS ASSOCIADAS AO AÇAÍ E ÀS
DINÂMICAS DE MERCADO EM IGARAPÉ-MIRI (PA)**

Monografia apresentada à Faculdade de Geografia da Universidade Federal do Pará,
Campus Universitário de Ananindeua, como requisito parcial para a obtenção do Título
de Licenciado em Geografia.

RESULTADO: _____ NOTA: _____

ANANINDEUA, _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jônatha Rodrigo de Oliveira Lira (Presidente/Orientador)
Escola de Aplicação / UFPA

Prof. Dr. Daniel Araújo Sombra Soares (Examinador interno)
Faculdade de Geografia / *Campus* Ananindeua / UFPA

Prof.^a Dra. Mariana Neves Cruz Mello (Examinadora externa)
Amazônia Etnoambiental

Aos meus pais, que com mãos que nunca descansaram, construíram pontes sobre os caminhos mais difíceis da vida, me permitindo caminhar com coragem e confiança mesmo quando os passos pareciam frágeis;

Aos meus irmãos, que me mostraram o amor mais puro;

Ao meu marido, que caminha comigo de mãos dadas, tornando cada conquista possível e tornando este trabalho também parte da nossa história.

Dedico

AGRADECIMENTOS

A Deus, que mesmo diante das minhas dúvidas, incertezas e medos, nunca se ausentou. Em todos os momentos difíceis, Ele esteve presente me mostrando, de diferentes formas, que eu nunca estive sozinha. À Nossa Senhora de Nazaré, agradeço pela constante intercessão, pelo cuidado, pela proteção.

À minha mãe, Janete Batista Vieira, mulher guerreira, ribeirinha e meu maior exemplo de força, deixo minha mais profunda gratidão. Sempre se esforçou para me dar o melhor, ensinando-me sobre as minhas raízes, o pertencimento e a força de quem resiste. Sua história e sua luta diária são fontes constantes de inspiração. Cada conquista minha carrega a sua coragem, o seu amor e tudo o que você me ensinou.

Ao meu pai, Ivanilson Gomes da Silva Vieira, homem trabalhador e dedicado, agradeço por sempre me incentivar a estudar e por acreditar que a educação era o caminho para que eu me tornasse alguém. Se hoje sou quem sou, é porque sua luta, seus ensinamentos e seu exemplo de responsabilidade e esforço me guiaram ao longo da vida. Dedico toda a minha formação aos meus pais, por serem a base de tudo o que construí até aqui.

À minha família, deixo meu agradecimento pelo apoio, pelo carinho e pelo orgulho que sempre demonstraram por mim. Saber que vocês se orgulham de mim sempre foi combustível para seguir em frente e não desistir.

Aos meus irmãos mais novos, Izabella Batista Vieira e Pedro Paulo Batista Vieira, agradeço por transformarem minha vida todos os dias. Mesmo sendo eu quem os ensina nas aulas, são eles que me ensinam constantemente sobre o amor, a paciência e o cuidado. Foi com eles que aprendi que o amor de irmão não cabe em mim, que transborda, acolhe e fortalece. Vocês dão sentido aos meus dias e tornam essa caminhada mais leve e cheia de afeto.

Aos meus irmãos Rayana Vieira e Iago Vieira, mesmo que a distância tenha marcado nossas trajetórias, deixo meu agradecimento por fazerem parte da minha história e da minha formação enquanto pessoa. Ao meu irmão Werglas Vieira (*in memoriam*), agradeço pelo amor mais puro de irmão mais velho que recebi, sua presença permanece viva em mim, nas memórias, no afeto e na saudade.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Jônatha Rodrigo de Oliveira Lira, expresso minha profunda gratidão pela paciência, confiança e dedicação. Desde o início, depositou em

mim confiança e acreditou no meu potencial. Sua atuação como orientador e professor marcará para sempre a minha trajetória acadêmica e profissional.

À professora Dra. Mariana Neves Cruz Mello, por me ensinar a olhar o ensino e a Geografia a partir das nossas raízes amazônicas, do pertencimento e das vivências do nosso território. Agradeço pela amizade construída ao longo desse percurso, pelo apoio, pelas conversas.

Ao professor Dr. Daniel Sombra, agradeço por mostrar seu amor intenso e genuíno pela Geografia, sua paixão pela área me fez entender a Geografia de forma mais viva, crítica e significativa.

Aos meus amigos de faculdade, Camilly Serrão Campos e Elinaldo Silva Caldas, não existem palavras suficientes para agradecer por tudo o que vocês representaram na minha caminhada. Vocês seguraram a minha mão quando eu pensei em desistir, me ampararam nos dias mais difíceis e estiveram ao meu lado. Eu carrego essa amizade com gratidão profunda, amor e a certeza de que levarei vocês comigo por toda a vida.

À Talita Silva dos Milagres, minha gratidão por caminhar comigo em nesse percurso que nos aproximou de forma especial. Sua amizade foi uma das maiores descobertas que a faculdade me proporcionou. Levo comigo essa amizade com profundo carinho e gratidão, certa de que seguirá para além da universidade.

Ao Centro de Reforço Escolar Sapiência, por ter me acolhido e me ensinado tanto ao longo dessa caminhada. Agradeço especialmente à Jessica Lisboa, pela confiança, acolhimento e pela oportunidade de crescimento, e ao meu amigo Anderson Leonardo Silva, companheiro de trabalho, de faculdade e de cafés da tarde, pelas trocas, pelo apoio e pela parceria diária.

Aos meus alunos, meu agradecimento mais sincero. Foi por vocês que descobri o verdadeiro amor por ensinar, que aprendi a valorizar cada conquista, cada esforço. Ver vocês crescerem, aprenderem e se superarem me inspirou todos os dias e tornou minha jornada como professora mais significativa.

Às minhas amigas de longas datas que fazem parte da minha vida desde sempre, deixo meu agradecimento por acompanharem toda a minha trajetória acadêmica e pessoal, vocês me viram sonhar e vibraram comigo em cada pequena conquista, desde antes do vestibular. De maneira muito especial, agradeço à Maria Vitória Assunção e à Hevilen Letícia Gomes, que estiveram comigo de forma mais íntima e presente nos bastidores. Nossa amizade se construiu na partilha dos medos, dos cansaços e,

principalmente, na comemoração das mínimas vitórias, aquelas que só quem está dentro entende o tamanho.

À família Araújo Costa, minha profunda gratidão por me acolher com tanto carinho e por me permitir construir laços em uma cidade que hoje posso chamar de minha. Foi por meio de vocês que Igarapé-Miri se tornou mais do que um lugar de pesquisa: tornou-se afeto, pertencimento e parte da minha história. Em especial, agradeço a Joel de Jesus Araújo Costa e Maria do Socorro da Silva Pantoja, por me receberem com tanto cuidado e sempre dispostos a compartilhar os seus saberes.

Ao grande amor da minha vida, meu marido Jeronimo Oliveira Costa Neto, deixo o agradecimento mais cheio de amor que existe em mim. Ao longo de todos esses anos, você esteve sempre ao meu lado, torcendo por mim a cada degrau que eu subia e a cada etapa vencida. Ter você comigo tornou essa caminhada possível, mais leve e mais humana. Você me fez acreditar na educação, no poder de ensinar, de transformar vidas e de permanecer mesmo quando tudo parece difícil.

RESUMO

A produção do açaí constitui uma das principais atividades econômicas e culturais do município de Igarapé-Miri, no estado do Pará, desempenhando papel central na organização do território e no modo de vida das populações locais. Neste contexto, o presente trabalho tem como objetivo analisar a produção do açaí em Igarapé-Miri (PA) e sua importância para a dinâmica territorial do município. O estudo aborda o açaí enquanto atividade tradicional, associada ao modo de vida ribeirinho, e as mudanças ocorridas a partir de sua inserção em mercados regionais, nacionais e internacionais. A pesquisa é de caráter quali-quantitativo e fundamenta-se em revisão bibliográfica, análise de dados secundários e entrevistas de campo. Os resultados apontam que a expansão do mercado do açaí provocou alterações nas formas de produção, nas relações de trabalho e na comercialização do fruto, ampliando a dependência de intermediários. Conclui-se que o açaí desempenha papel central na dinâmica econômica e territorial de Igarapé-Miri, sinalizando transformações recentes no uso do território.

Palavras-chave: Açaí; Extrativismo; Igarapé-Miri; Cadeia produtiva; Espaço urbano; Espaço Rural.

ABSTRACT

The production of açai is one of the main economic and cultural activities in the municipality of Igarapé-Miri, in the state of Pará, playing a central role in the organization of the territory and the way of life of the local populations. In this context, this work aims to analyze açai production in Igarapé-Miri (PA) and its importance for the territorial dynamics of the municipality. The study addresses açai as a traditional activity, associated with the riverside way of life, and the changes that have occurred since its insertion into regional, national, and international markets. The research is of a qualitative-quantitative nature and is based on a literature review, analysis of secondary data, and field interviews. The results indicate that the expansion of the açai market has caused changes in production methods, labor relations, and the commercialization of the fruit, increasing dependence on intermediaries. It is concluded that açai plays a central role in the economic and territorial dynamics of Igarapé-Miri, signaling recent transformations in land use.

Keywords: Açai; Extractive activities; Igarapé-Miri stream; Production chain; Urban space; Rural space.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da área de estudo.....	15
Figura 2 - Mapa de localização da Região Baixo Tocantins	20
Figura 3 - Fotografia do Engenho São João no Rio Furo do Seco	21
Figura 4 - Açazais em área de várzea às margens do rio em Igarapé-Miri (PA).....	24
Figura 5 - Açáí in natura.....	25
Figura 6 - Técnica tradicional de coleta do açáí com uso da peconha.....	26
Figura 7 - Ferramenta curica e parte da vara	27
Figura 8 - Esquema sobre a dinâmica do açáí no modo de vida ribeirinha	29
Figura 9 - O rio na organização do território e da vida urbana em Igarapé-Miri (PA).....	31
Figura 10 - Mapa de localização dos principais portos de desembarque do açáí na cidade de Igarapé-Miri	32
Figura 11 - Fotografia das fachadas de dois estabelecimentos em Igarapé-Miri.....	32
Figura 12 – Gráfico da dinâmica sazonal da produção de açáí	37
Figura 13 – Esquema da rede de relações do açáí	40
Figura 14 - Rabeta de atravessador levando açáí para venda	41
Figura 15 - O açáí como organizador do espaço urbano e rural em Igarapé-Miri.....	47
Figura 16 - Portal de acesso a Igarapé-Miri identificado como “Rota do Açáí do Baixo Tocantins”	48
Figura 17 – Gráfico de produção de açáí nos municípios do Baixo Tocantins em 2024 (t).....	49
Figura 18 - Porto urbano-ribeirinho Manoel Luiz Ferreira Fonseca	50

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Etapas do processamento do açáí.....	28
Quadro 2 - O açáí como identidade em Igarapé-Miri.....	34
Quadro 3 - Rede de relações da cadeia produtiva em Igarapé-Miri	39
Quadro 4 - Lista de fábricas de processamento em Igarapé-Miri.....	43
Quadro 5 - Relações de poder e desigualdade na cadeia produtiva do açáí	52

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Destinação do Açáí.....	51
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I – O AÇAÍ E SUA IMPORTÂNCIA PARA O TERRITÓRIO MIRIRENSE	17
1.1 Contextualização histórica e a formação territorial em Igarapé-Miri	17
1.2 O açaí: características do fruto, manejo tradicional e práticas de autoconsumo	23
1.3 O açaí como epicentro da vida local e da identidade miriense	30
CAPÍTULO II – A PRODUÇÃO DO AÇAÍ, O TRABALHO E O COTIDIANO NO TERRITÓRIO MIRIENSE	35
2.1 O ciclo do açaí e o calendário produtivo no município de Igarapé-Miri	35
2.2 Cadeia produtiva do açaí e relações de trabalho	38
2.3 Impactos socioespaciais da produção do açaí e controle territorial	42
CAPÍTULO III – O AÇAÍ COMO ELEMENTO DE RECONFIGURAÇÃO TERRITORIAL EM IGARAPÉ-MIRI	44
3.1 O açaí como organizador do espaço urbano e rural	44
3.2 Inserção mercantil do açaí e a organização territorial no Baixo Tocantins	48
3.3 Tensões socioeconômicas, acesso desigual ao açaí e estratégias locais de resistência	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS	56
APÊNDICES	61

INTRODUÇÃO

Igarapé-Miri, conhecida como a “Capital Mundial do Açaí”, vem passando por uma acelerada transformação territorial impulsionada pela crescente valorização econômica do fruto. Santos, Homma e Bentes (2017) apontam que o açaí passou a despertar forte interesse nos mercados nacional e internacional, de modo que a ampliação da demanda por parte de fábricas, indústrias de processamento e grandes centros urbanos externos à região intensificou significativamente a circulação do produto.

Esse processo tem provocado alterações nos fluxos, nas atividades produtivas e nas relações de trabalho no município. Conforme ressalta Santos (2023), além de constituir uma tradição alimentar profundamente enraizada no cotidiano local, o açaí assume um significado cultural que ultrapassa sua função econômica, uma vez que uma atividade historicamente voltada ao abastecimento familiar e regional passa a se integrar de forma mais intensa a redes comerciais ampliadas, redefinindo o uso da terra, o papel dos atravessadores, a dinâmica portuária e as formas de sustento de trabalhadores rurais e ribeirinhos.

O deslocamento constante de trabalhadores entre comunidades ribeirinhas, áreas de várzea¹ e o espaço urbano de Igarapé-Miri acompanha o ritmo da produção do açaí e revela como o território se organiza e se ajusta às exigências do mercado externo. Esse movimento está diretamente relacionado à centralidade produtiva do município e à inserção da cadeia do açaí em uma lógica capitalista orientada à maximização de rendimentos, conforme indicam estudos sobre a produção local (BORGES *et al.*, 2024). Tais dinâmicas revelam não apenas estratégias de abastecimento e circulação de mercadorias, mas também a presença de hierarquias e desigualdades socioeconômicas na organização da produção e do trabalho.

A intensificação da exportação de grandes volumes de açaí para fábricas e mercados externos, muitas vezes localizados fora do município, impacta diretamente tanto a disponibilidade quanto a qualidade do produto destinado à população local. De acordo com Santos *et al.* (2024), a crescente valorização econômica do fruto tem promovido uma reorganização das dinâmicas produtivas, ampliando a pressão sobre os

¹ Várzea é a planície aluvial periodicamente inundada pelo transbordamento de rios, especialmente de rios de águas brancas (ou seja, com elevada carga de sedimentos em suspensão, por isso apresentam coloração barrenta ou esbranquiçada) caracterizada por solos jovens e férteis formados por deposição recente, dinâmica hidrológica sazonal e elevada produtividade biológica. Na Amazônia, essas áreas estão associadas a grandes cursos fluviais, como o Rio Amazonas e o Rio Tocantins, cujas cheias anuais estruturam formas de uso do solo, práticas agrícolas ribeirinhas e atividades extrativistas. (Martins *et al.*, 2022).

sistemas familiares de produção e ressignificando práticas culturais historicamente associadas ao consumo cotidiano do açaí em Igarapé-Miri. Diante desse cenário, observa-se que a produção e a comercialização do açaí, embora fundamentais para a economia local, indicam desigualdades na distribuição dos benefícios gerados pela atividade, especialmente no que se refere ao acesso ao fruto e à apropriação dos rendimentos.

Nesse contexto, torna-se relevante analisar de que maneira o aumento da produção e da venda de açaí tem contribuído para a reorganização do território de Igarapé-Miri, considerando, sobretudo, os efeitos da exportação de grandes volumes do fruto para as indústrias. Parte-se do entendimento de território proposto por Santos (1996) e Haesbaert (2002), concebendo-o como um espaço produzido por relações de poder, disputas e formas desiguais de apropriação, que se expressam no uso da terra, na circulação de mercadorias e no movimento de pessoas.

Ao articular dimensões econômicas, sociais, culturais e geográficas, este trabalho busca compreender como o açaí atua como elemento estruturador do território de Igarapé-Miri, remodelando práticas cotidianas, percursos, simbolismos e formas de uso do espaço. A análise pretende contribuir para o entendimento das transformações recentes no município, oferecendo subsídios para reflexões sobre desenvolvimento local, políticas públicas e equilíbrio socioambiental na Amazônia.

Diante desse contexto, este trabalho se orienta pela seguinte pergunta de pesquisa: de que forma o aumento da produção e da exportação do açaí tem contribuído para a reorganização do território de Igarapé-Miri, especialmente no que se refere aos fluxos entre várzea, rio e cidade, às relações de trabalho e à disponibilidade do fruto para a população local?

Parte-se da hipótese de que a intensificação da produção e da exportação do açaí, impulsionada pela crescente inserção do município em circuitos mercantis ampliados, tem promovido uma reconfiguração do território miriense, caracterizada pelo fortalecimento dos fluxos produtivos e comerciais, pela reorganização das relações de trabalho e pela ampliação das desigualdades no acesso ao fruto, ao mesmo tempo em que redefine práticas tradicionais e usos do espaço associados ao modo de vida ribeirinho.

Desse modo, esta monografia tem como objetivo geral analisar como a cadeia produtiva do açaí transforma o território de Igarapé-Miri, considerando seus efeitos socioeconômicos, espaciais e nas dinâmicas de trabalho local. Busca-se compreender de que forma a produção, a circulação e a comercialização do açaí contribuem para a organização econômica e territorial do município de Igarapé-Miri, demonstrando os

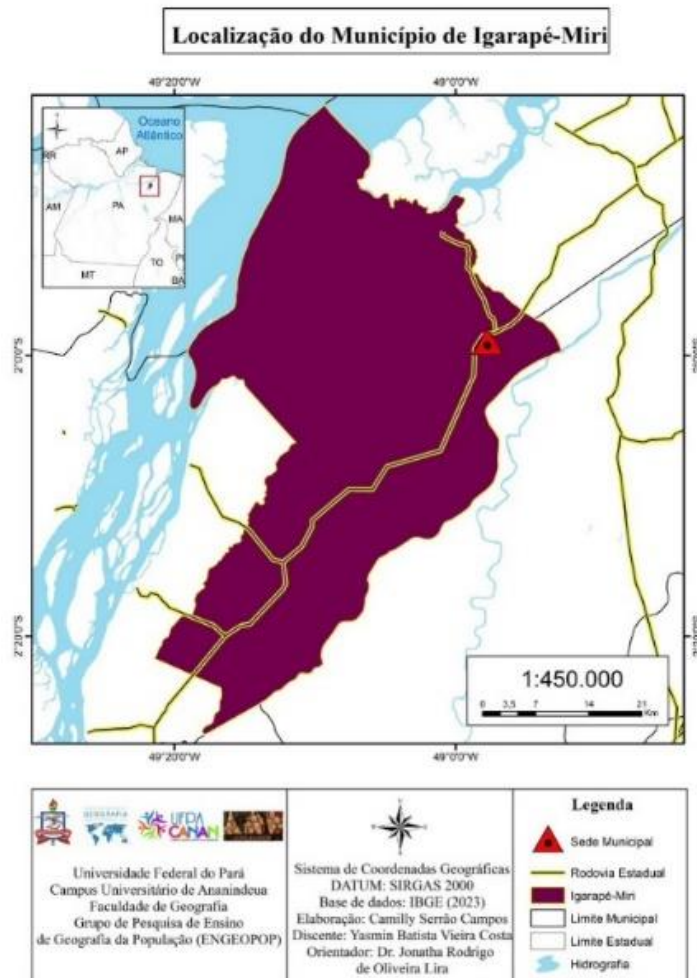
processos que estruturam o espaço local a partir dessa atividade. Além disso, discutiu-se as desigualdades existentes entre os diferentes agentes que compõem a cadeia produtiva do açaí, tais como apanhadores, donos de açazais, atravessadores, batedores urbanos e agroindústrias², analisando as relações de poder e a distribuição de renda ao longo do processo. Por fim, o estudo examina como a inserção crescente do açaí nos mercados multiescalar se reflete na organização territorial de Igarapé-Miri, no acesso da população local ao fruto e nas transformações nas relações de trabalho.

Para alcançar os objetivos propostos, estruturou-se uma pesquisa capaz de apreender as múltiplas dimensões territoriais, econômicas e sociais que envolvem a cadeia produtiva do açaí, articulando análise espacial e compreensão das dinâmicas locais de trabalho e circulação.

A pesquisa foi desenvolvida no município de Igarapé-Miri, localizado na região do Baixo Tocantins, no estado do Pará, território reconhecido pela expressiva produção de açaí e pelas dinâmicas territoriais associadas às áreas de várzea e aos modos de vida ribeirinhos. A figura a seguir apresenta o mapa de localização geográfica do município e delimita a área de estudo utilizada nesta pesquisa.

²Consideram-se apanhadores os trabalhadores responsáveis pela coleta do açaí nas áreas de várzea; donos de açazais os proprietários ou responsáveis pelas áreas de produção; atravessadores os agentes que intermediam a compra e o transporte do fruto; batedores urbanos aqueles que realizam o processamento artesanal do açaí para consumo local; e agroindústrias as unidades responsáveis pelo processamento em larga escala e pela inserção do produto em diferentes escalas mercantis.

Figura 1 - Mapa da área de estudo



Fonte: Acervo Pessoal, 2025.

O estudo adotou uma abordagem quali-quantitativa, de caráter descritivo e analítico, buscando compreender de que forma a cadeia produtiva do açaí contribui para a reorganização do território miriense, considerando seus impactos econômicos, sociais e espaciais. Essa abordagem permitiu articular dados estatísticos e informações econômicas com a análise das práticas, percepções e relações sociais dos sujeitos diretamente envolvidos na atividade.

Inicialmente, a pesquisa fundamentou-se em levantamento bibliográfico e documental, realizado a partir de livros, artigos científicos, dissertações, teses e documentos institucionais que abordam temas como território, uso do território, extrativismo amazônico, cadeias produtivas e mercantilização da natureza. Esse levantamento foi essencial para a construção do referencial teórico e para a compreensão

das transformações geográficas que marcam a produção do açaí na Amazônia, especialmente em Igarapé-Miri.

Paralelamente, foram analisados dados secundários provenientes de bases oficiais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio da Produção Agrícola Municipal (PAM 2024), considerando o recorte temporal de 2024, além de informações da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (ADEPARÁ) e da Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Pesca de Igarapé-Miri, considerando o destino do açaí que é produzido no município. Esses dados foram utilizados na elaboração de tabelas, gráficos, permitindo observar a evolução da produção, da área colhida e do rendimento médio ao longo da década, bem como analisar a inserção do açaí no mercado multiescalar.

O trabalho de campo, realizado no ano de 2025, constituiu etapa fundamental da pesquisa, sendo desenvolvido por meio de observação direta e da realização de entrevistas semiestruturadas com diferentes agentes da cadeia produtiva do açaí. Ao todo, foram realizadas 18 entrevistas, distribuídas entre apanhadores (3), donos de açazais (5), atravessadores (2), batedores artesanais (3) e consumidores locais (5), buscando contemplar a diversidade de sujeitos envolvidos nas etapas de produção, intermediação, processamento e consumo do fruto.

A seleção dos participantes ocorreu de forma intencional, considerando sua atuação direta na cadeia produtiva e sua inserção no território miriense. O perfil dos entrevistados caracteriza-se como heterogêneo, envolvendo sujeitos com diferentes tempos de experiência na atividade, incluindo homens e mulheres, o que possibilitou a obtenção de múltiplas perspectivas sobre as transformações territoriais associadas ao açaí.

A observação direta permitiu acompanhar aspectos do cotidiano da coleta, do transporte fluvial, da comercialização e do consumo do açaí, bem como os deslocamentos sazonais de trabalhadores entre comunidades ribeirinhas, áreas de várzea e o espaço urbano. As entrevistas abordaram questões relacionadas à organização do trabalho, às relações comerciais, à divisão da produção, à variação dos preços e às mudanças territoriais decorrentes da crescente inserção do açaí em mercados ampliados. Além disso, conversas informais realizadas em portos como Depancol e Porto Urbano Ribeirinho, feira Municipal e pontos de venda contribuíram para ampliar a compreensão das dinâmicas locais.

No que se refere aos procedimentos técnicos, destaca-se também a elaboração de mapas temáticos, utilizados para representar espacialmente a dinâmica territorial

associada ao açaí. Para isso, foram empregados dados secundários e informações coletadas em campo, possibilitando a identificação de áreas de produção, rotas de circulação e pontos de comercialização, apontando a organização espacial da cadeia produtiva no município.

A análise dos dados qualitativos foi realizada de forma articulada ao referencial teórico, buscando identificar elementos relacionados às relações de poder, hierarquias socioeconômicas e desigualdades territoriais presentes na cadeia produtiva do açaí. Os dados quantitativos, por sua vez, foram interpretados de maneira integrada, relacionando os indicadores de produção e comercialização às transformações observadas no território.

Dessa forma, a articulação entre dados empíricos e análise teórica permitiu compreender o açaí não apenas como mercadoria, mas como elemento estruturador do território de Igarapé-Miri, responsável por redefinir fluxos, usos do espaço e relações sociais, provando as contradições inerentes à sua crescente inserção no mercado global.

CAPÍTULO I – O AÇAÍ E SUA IMPORTÂNCIA PARA O TERRITÓRIO MIRIRENSE

1.1 Contextualização histórica e a formação territorial em Igarapé-Miri

A análise da formação territorial de Igarapé-Miri parte da compreensão do território como uma construção histórica, social, política e relacional, produzida a partir de usos, disputas e formas diferenciadas de apropriação do espaço. Nessa perspectiva, o território está intrinsecamente vinculado às relações de poder que se estabelecem entre os diferentes agentes sociais. Conforme Raffestin (1993), o território é resultado de relações mediadas pelo poder, por meio das quais os sujeitos controlam, organizam e atribuem sentidos ao espaço, regulando o acesso aos recursos, aos fluxos e às formas de uso. Ao mesmo tempo, reconhece-se que a compreensão dessas dinâmicas dialoga diretamente com a noção de espaço geográfico, especialmente na perspectiva de Santos (1996), ao considerar a articulação entre sistemas de objetos e sistemas de ações na produção do espaço.

Neste trabalho, a leitura do território é orientada principalmente pela abordagem de Haesbaert (2004), que concebe o território como uma totalidade dinâmica, marcada por processos simultâneos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

Para o autor, o território não se reduz a uma base material ou administrativa, mas envolve dimensões simbólicas, identitárias e de pertencimento, expressando relações de poder que se manifestam em diferentes escalas.

Essa concepção dialoga diretamente com a contribuição de Castro (2017), que compreende o território amazônico como um espaço historicamente produzido por projetos políticos e econômicos conflitantes. Para a autora, o território é o resultado da sobreposição de racionalidades distintas que se materializam por meio de políticas públicas, grandes projetos e formas específicas de apropriação da natureza. Assim como em Haesbaert, o território em Castro é atravessado por disputas, conflitos e processos de redefinição contínua, especialmente em contextos periféricos como a Amazônia, onde o avanço do capital redefine usos do espaço e fragiliza territorialidades tradicionais.

Essa perspectiva estabelece diálogo com a concepção de Santos (1996), para quem o território deve ser compreendido a partir do seu uso, resultante da articulação indissociável entre sistemas de objetos que são infraestruturas, técnicas e equipamentos e sistemas de ações, expressos nas práticas sociais, econômicas e políticas. O território, nessa perspectiva, não é estático, mas continuamente reorganizado conforme as racionalidades que orientam o uso do espaço.

Gottmann (2012), por sua vez, reforça essa compreensão ao destacar o território como produto da ação humana, associado a relações de poder, controle e organização espacial, revelando que sua configuração reflete interesses específicos de grupos e instituições.

Ao aprofundar essa discussão, Haesbaert (2004) evidencia o caráter relacional e multiescalar do território, destacando a coexistência de múltiplas territorialidades no mesmo espaço. Em contextos marcados pela intensificação das atividades econômicas e pela inserção em circuitos mais amplos de produção, essas territorialidades passam a ser tensionadas por racionalidades hegemônicas, frequentemente associadas ao mercado e ao Estado, produzindo processos de desterritorialização que fragilizam modos de vida tradicionais, sem que isso implique, necessariamente, sua completa eliminação.

No contexto amazônico, esses processos assumem características específicas. Porto-Gonçalves (2006) argumenta que a Amazônia tem sido historicamente integrada ao mercado nacional e internacional como uma fronteira de recursos, por meio de uma apropriação desigual da natureza e do território. Essa inserção ocorre a partir de lógicas externas que reorientam os usos do espaço, subordinando práticas produtivas locais às demandas do capital. Em diálogo direto com essa leitura, Castro (2017) destaca que a

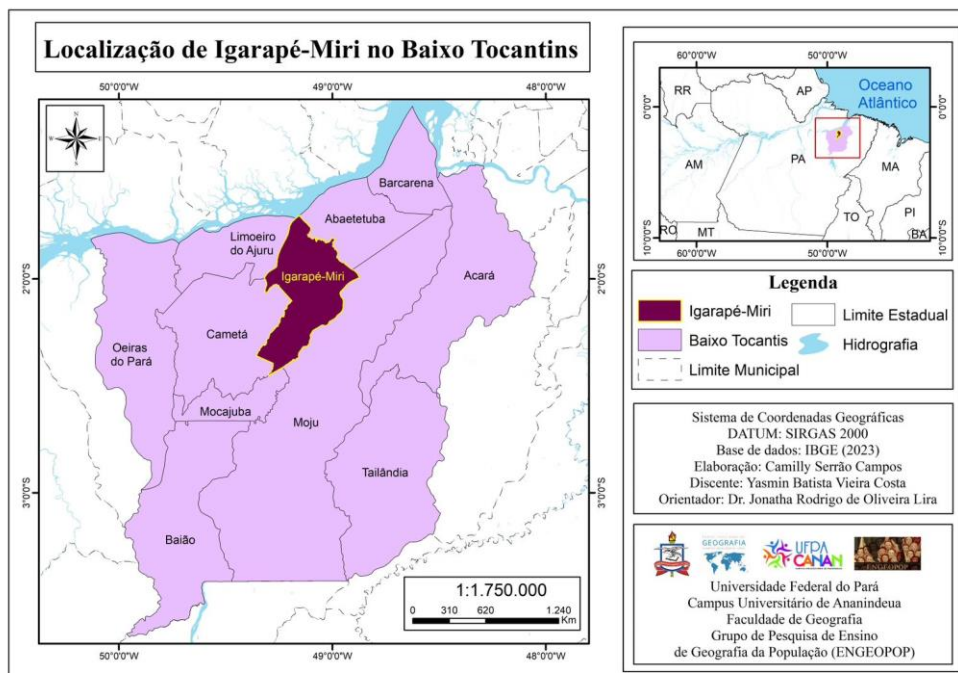
Amazônia se constitui como uma verdadeira encruzilhada territorial, na qual projetos de desenvolvimento, políticas estatais e interesses corporativos se confrontam com formas tradicionais de apropriação do espaço, produzindo conflitos territoriais persistentes.

É nesse cenário que se insere o município de Igarapé-Miri, localizado na Região de Integração Tocantins, no estado do Pará, conhecida popularmente como Baixo Tocantins (Figura 2). Segundo a regionalização oficial do estado do Pará, o município de Igarapé-Miri está inserido nessa região, conforme estabelecido pelo Decreto nº 1.066, de 19 de junho de 2008 (Pará, 2008). O território miriense encontra-se inserido em uma área que concentra alguns dos principais municípios produtores de açaí do estado, como Cametá, Abaetetuba, Limoeiro do Ajuru, Barcarena, Acará, Baião, Mocajuba, Moju e Tailândia. Esses municípios integram a Região de Integração Tocantins, conhecida popularmente como Baixo Tocantins, e respondem por parcela expressiva da produção estadual, consolidando essa porção do território paraense como estratégica na cadeia produtiva do fruto (Brasil, 2021).

Dentre esses, Igarapé-Miri se destaca como o maior produtor individual do Pará, posição que mantém de forma contínua ao longo das últimas décadas (IBGE, 2024). Essa hegemonia, construída historicamente, ancora-se em vantagens locacionais, saberes tradicionais acumulados e em uma densa rede de agentes econômicos que articulam extração, beneficiamento e comercialização. A presença massiva do açaí na configuração do espaço, na economia e no cotidiano da região revela que o fruto não é apenas um produto é um elemento estruturante do território no Baixo Tocantins.

A localização do município e sua inserção regional podem ser visualizadas na Figura 2, que apresenta a delimitação do Baixo Tocantins e mostra a posição estratégica de Igarapé-Miri nesse contexto produtivo.

Figura 2 - Mapa de localização da Região Baixo Tocantins



Fonte: Acervo Pessoal, 2025.

A Figura acima mostra a localização do município de Igarapé-Miri no contexto da Região de Integração Tocantins, conhecida como Baixo Tocantins, destacando sua inserção em uma área marcada pela forte presença de municípios produtores de açaí. A representação espacial permite compreender a centralidade do município no interior dessa região, bem como sua articulação com outros territórios que compõem um dos principais polos produtivos do fruto no estado do Pará.

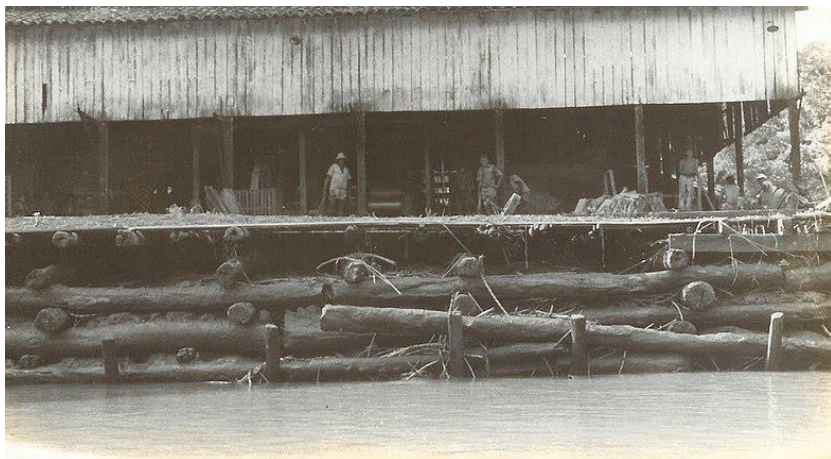
Além de situar geograficamente o município, o mapa contribui para testemunhar como sua posição territorial favorece a integração entre áreas de várzea, comunidades ribeirinhas e o espaço urbano, elementos fundamentais para a dinâmica da produção e circulação do açaí. Essa configuração reforça o papel estratégico de Igarapé-Miri na organização regional da cadeia produtiva, ao articular fluxos econômicos e sociais que extrapolam a escala local.

Nesse sentido, a compreensão da localização do município não pode ser dissociada de seu processo de formação histórica e territorial, uma vez que as atuais dinâmicas produtivas e espaciais resultam de transformações construídas ao longo do tempo. Assim, torna-se necessário analisar como se deu a ocupação e a organização inicial

desse território, buscando compreender os elementos históricos que contribuíram para a consolidação de Igarapé-Miri como referência na produção de açaí.

Historicamente, a organização territorial de Igarapé-Miri esteve associada aos ciclos produtivos desenvolvidos ao longo dos cursos d'água. Entre os séculos XIX e XX, o ciclo da cana-de-açúcar exerceu papel central na economia local e na estruturação do território. Segundo Santos (2023), a instalação de engenhos, intensificada a partir da década de 1970, ocorreu prioritariamente nas áreas de várzea e às margens dos rios, aproveitando a fertilidade dos solos e as vias fluviais para o escoamento da produção (Figura 3). Nesse período, o trabalho agrícola, a circulação de mercadorias e a própria organização do espaço urbano subordinavam-se à lógica produtiva canavieira, reforçando a centralidade do rio como elemento estruturador do território.

Figura 3 - Fotografia do Engenho São João no Rio Furo do Seco



Fonte: Prefeitura de Igarapé-Miri, 2025.

O declínio do ciclo da cana-de-açúcar, a partir da segunda metade do século XX, desencadeou profundas transformações na organização territorial e na vida ribeirinha. O fechamento dos engenhos provocou desemprego, instabilidade econômica e intensificação dos fluxos migratórios do campo para a cidade, alterando as relações entre as comunidades de várzea e o espaço urbano (Lobo, 2020). Esse processo não pode ser compreendido apenas como resultado de mudanças econômicas, mas também como efeito de transformações estruturais associadas à modernização, como a expansão das rodovias, a introdução de novos padrões de consumo e a reconfiguração das formas produtivas.

Além disso, a incorporação da legislação trabalhista contribuiu para a desestruturação do modelo tradicional dos engenhos, que, em muitos casos, ainda operava sob o regime do aviamento amazônico que era caracterizado por relações de trabalho marcadas pela dependência, pelo endividamento e por formas precárias de remuneração. Essas relações, embora historicamente consolidadas, não necessariamente se configuravam como formas equitativas ou comunitárias de organização do trabalho, podendo assumir características interpretadas como pré-capitalistas, protoassalariadas ou até mesmo análogas à exploração, à luz da legislação contemporânea. (Quaresma *et al*, 2015).

De acordo com a abordagem de Haesbaert (2004), esse processo pode ser compreendido como uma desterritorialização, na medida em que enfraqueceu formas históricas de uso do território associadas ao ciclo canavieiro, sem romper completamente os vínculos das populações com o rio e a várzea, que permanecem como elementos estruturantes das territorialidades locais.

Nesse contexto de crise e reorganização territorial, emergem processos de reterritorialização, nos quais novas estratégias de reprodução social passam a ser construídas. O açaí, tradicionalmente presente na alimentação das famílias ribeirinhas, passa a assumir centralidade econômica, reorganizando práticas produtivas, deslocamentos fluviais e formas de uso do território (Almeida *et al*, 2021). O manejo do fruto, realizado em sistemas agroextrativistas adaptados às condições da várzea, destaca a permanência de territorialidades locais, ainda que progressivamente tensionadas pela intensificação produtiva e pela inserção do açaí em mercados mais amplos.

No âmbito do Baixo Tocantins, essas dinâmicas territoriais também são atravessadas pela atuação do Estado, por meio de políticas públicas e projetos que incidem diretamente sobre a organização do espaço regional. Historicamente, grande parte dessas intervenções esteve voltada à implantação de grandes projetos de caráter minero-industrial, logístico e vinculados às cadeias do agronegócio, configurando estratégias de integração da região aos circuitos econômicos mais amplos (Piroux *et al*, 2017). Nesse contexto, as políticas direcionadas à agricultura familiar assumem papel secundário, ainda que relevantes para a reprodução social das populações locais.

Conforme Barros (2015), tais políticas, ao promoverem determinados modelos produtivos e formas específicas de acesso aos recursos, contribuem para a reorganização do território rural, redefinindo práticas agrícolas, relações de trabalho e estratégias de permanência das populações no campo. Dessa forma, as intervenções institucionais

participam, simultaneamente, de processos de territorialização e desterritorialização, ao favorecerem determinados usos do território em detrimento de outros, revelando o caráter seletivo da atuação do Estado na produção do espaço regional.

Paralelamente, a intensificação da exploração dos recursos naturais, como a retirada do palmito e a expansão do açaí voltada ao mercado, passou a pressionar a base material e simbólica da vida ribeirinha. Santos (2023) aponta que a redução dos açaizais nativos e a crescente mercantilização do fruto aprofundam desigualdades e ressaltam a vulnerabilidade das populações que dependem diretamente do extrativismo para seu autoconsumo. Esses processos reforçam a coexistência conflituosa de territorialidades locais e racionalidades externas, característica central das dinâmicas territoriais amazônicas, conforme discutido por Haesbaert (2004), Porto-Gonçalves (2006) e Castro (2017).

Dessa forma, a formação territorial de Igarapé-Miri deve ser compreendida como resultado de um processo histórico marcado por continuidades e rupturas, no qual o rio, o trabalho e os ciclos produtivos desempenham papel central. A transição do ciclo canavieiro para a centralidade do açaí expressa não apenas uma mudança na base econômica do município, mas uma profunda reconfiguração das territorialidades locais. Essa trajetória histórica fornece os elementos necessários para compreender, no subcapítulo seguinte, as características do açaí, o manejo tradicional e as práticas de autoconsumo que estruturam a relação entre o fruto e o território miriense.

1.2 O açaí: características do fruto, manejo tradicional e práticas de autoconsumo

O açaí (*Euterpe oleracea* Mart.), é uma palmeira nativa da região amazônica, pertencente à família *Arecaceae*. Trata-se de uma espécie típica de ambientes de várzea, adaptada a solos periodicamente inundados e às dinâmicas hidrológicas dos rios amazônicos (Quaresma; Maciel, 2024).

Em Igarapé-Miri, essas condições ambientais favorecem o desenvolvimento natural dos açaizais, o que explica a ampla distribuição da espécie nas ilhas, margens de rios, igarapés e áreas alagáveis do município. (Figura 4)

O açaí é encontrado comumente nas áreas de solos inundáveis do estuário amazônico, nas várzeas altas, próximos dos rios, furos e igarapés, desenvolve-se também em solos de terra-firme, desde que profundos e de fácil drenagem, com elevado teor de umidade e matéria orgânica. (Costa, 2015. p.18)

Figura 4 - Açaizais em área de várzea às margens do rio Murutipucu em Igarapé-Miri (PA)



Fonte: Autor, 2025.

A Figura acima ilustra a presença de açai em área de várzea às margens do rio Murutipucu, destacando a relação entre o desenvolvimento da espécie e as dinâmicas hidrológicas locais. Observa-se a concentração das palmeiras em solos úmidos e periodicamente inundados, típicos desses ambientes.

Além disso, nota-se o acúmulo de sedimentos nas margens do rio, indicando a ocorrência de processos de assoreamento³, que contribuem para a formação e renovação das áreas de várzea. Esses processos influenciam diretamente as condições de crescimento do açai e a configuração da paisagem ribeirinha.

Botanicamente, o açazeiro caracteriza-se pelo crescimento em touceiras, com múltiplos estipes finos que podem atingir mais de 10 metros de altura onde a depender da prática de manejo utilizada o cacho do açai pode atingir até 10kg (Costa, 2015). A frutificação ocorre em cachos pendentes, compostos por pequenas drupas de coloração roxa escura, que constituem a base alimentar e econômica das populações ribeirinhas (Figura 5). Essa característica de crescimento em múltiplos caules permite colheitas contínuas ao longo do tempo, desde que manejadas adequadamente, o que reforça o caráter sustentável da espécie quando associada a práticas tradicionais.

³ Assoreamento é o processo de acúmulo de sedimentos no leito ou nas margens de rios, resultante da deposição de partículas transportadas pela água.

Figura 5 - Açáí in natura



Fonte: Autor, 2025.

Antes de sua valorização econômica em escalas mais amplas, o açáí já ocupava lugar central no cotidiano das populações ribeirinhas de Igarapé-Miri. O fruto integra um sistema de vida profundamente conectado ao ambiente de várzea e aos ciclos naturais da Amazônia, no qual o tempo do trabalho é determinado pelas cheias e vazantes dos rios (Homma *et al*, 2006). Na perspectiva de Almeida, Amaral e Silva (2004), a vegetação típica desses ambientes desenvolveu adaptações ecológicas, fisiológicas e morfológicas que permitem sua permanência em áreas periodicamente inundadas, mesmo sob condições de baixo suprimento de oxigênio.

O manejo tradicional do açáí desenvolveu-se historicamente a partir do conhecimento empírico construído pelas comunidades ribeirinhas, fundamentado na observação contínua do ambiente, no domínio dos ciclos naturais da várzea e na adaptação das práticas produtivas às limitações ecológicas desse ecossistema (Costa, 2015). Esse manejo caracteriza-se por intervenções seletivas nos açazais, priorizando a conservação da vegetação nativa, a regeneração natural das plantas e a manutenção da fertilidade do solo, o que garante a sustentabilidade do sistema produtivo ao longo do tempo (Cruz, 2015). Trata-se de um conjunto de práticas que não dissocia produção e conservação, mas as articula a partir de uma lógica de uso tradicional dos recursos naturais.

Lima e Silva (2014) destacam que as práticas adotadas nos açazais de várzea apresentam baixo impacto ambiental, sobretudo pelo não uso do fogo, uma vez que sua utilização comprometeria o desenvolvimento das plantas jovens oriundas da germinação

natural. Costa (2015), ressalta que o manejo é realizado predominantemente de forma manual, o que ressalta o caráter intensivo em trabalho do extrativismo do açaí, característica recorrente das atividades extrativistas amazônicas. A coleta do fruto envolve técnicas específicas, como a escalada dos estipes do açaizeiro, tradicionalmente realizada com o auxílio da peconha, instrumento artesanal cuja confecção varia conforme os materiais disponíveis no território (Figura 6). Historicamente, a peconha era produzida com pano, sacos de farinha reutilizados ou fibras vegetais, incluindo folhas resistentes, evidenciando o reaproveitamento de recursos locais e o saber-fazer ribeirinho transmitido entre gerações (Lima, 2015).

Figura 6 - Técnica tradicional de coleta do açaí com uso da peconha



Fonte: Autor, 2025.

A Figura 6 ilustra a prática tradicional de coleta do açaí por meio da peconha, mostrando a habilidade técnica dos apanhadores ao escalar o estipe para realizar a retirada dos cachos. Essa técnica, baseada no conhecimento empírico e na experiência acumulada, sempre esteve associada ao cotidiano das populações ribeirinhas e ao abastecimento familiar.

Com o passar do tempo e diante da intensificação da produção, especialmente nos períodos de safra, novas técnicas passaram a ser incorporadas ao processo de coleta, como o uso das chamadas “varas”, confeccionadas a partir de troncos de árvores e adaptadas com uma ponta metálica denominada “curica”, utilizada para engatar o cacho sem a necessidade de escalada.

Essas adaptações não significam uma ruptura com o manejo tradicional, mas revelam sua capacidade de ajuste às novas demandas produtivas. No entanto, essa transformação ocorre em um contexto em que o ritmo da coleta passa a ser orientado pelas exigências do mercado. Como aponta Silva (2022), a inserção do açaí em circuitos comerciais ampliados introduz uma temporalidade mais acelerada, intensificando o esforço físico e contribuindo para a precarização das condições de trabalho. Dessa forma, práticas antes vinculadas à subsistência passam a assumir novas dimensões, marcadas pela pressão por produtividade e volume.

O trabalho mobiliza diferentes membros da família e organiza o cotidiano produtivo de acordo com a sazonalidade do açaí, reforçando vínculos sociais e comunitários, conforme discutem Homma *et al.* (2006) ao analisarem a organização do trabalho no extrativismo vegetal amazônico.

Figura 7 - Ferramenta curica e parte da vara



Fonte: Autor, 2025.

No âmbito do autoconsumo, o açaí desempenha papel fundamental na segurança alimentar das famílias de Igarapé-Miri. Seu consumo cotidiano, geralmente associado a outros alimentos tradicionais, constitui base energética da dieta local e está profundamente enraizado nas práticas culturais do município. (ALMEIDA *et al.*, 2021). Mais do que um hábito alimentar, o açaí representa um marcador identitário, presente nas refeições, nas narrativas locais e nas formas de sociabilidade, expressando uma relação simbólica construída ao longo do tempo.

O açaí não é apenas um alimento; ele simboliza aspectos culturais reais e metafóricos, marcando sua presença tanto na economia e na nutrição quanto no imaginário popular através de lendas, contos, músicas, danças típicas, eventos culinários e mitos. Dessa forma, o açaí se entrelaça com a história e a identidade do povo amazônico, refletindo sua relação com o território. (SANTOS, 2023. p. 14)

Além de alimento, o açaí estrutura formas de reprodução social que articulam trabalho, natureza e cultura. A coleta e o consumo do fruto reforçam a permanência das famílias nas áreas de várzea, contribuindo para a manutenção dos modos de vida ribeirinhos e para a produção de um território marcado pela interação entre rio, floresta e trabalho humano. Para compreender essa dinâmica seguir o quadro 1 organiza as etapas de processamento do açaí.

Quadro 1 - Etapas do processamento do açaí

ETAPAS	DESCRIÇÃO DO PROCESSO	FINALIDADE E DESTINO
APANHO DO AÇAÍ⁴	Coleta manual dos cachos nos açazais de várzea, realizada por trabalhadores ribeirinhos, geralmente com uso da peconha.	Abastecimento familiar e comercialização local.
DEBULHAÇÃO⁵	Separação manual dos frutos dos cachos, realizada no próprio local ou nas residências.	Preparação do fruto para consumo ou venda.
LAVAGEM E SELEÇÃO	Higienização dos frutos e retirada daqueles considerados impróprios.	Garantia da qualidade do produto.
BRANQUEAMENTO	Tratamento térmico essencial de segurança alimentar, onde os frutos são imersos em água a 80°C-90°C por cerca de 10 segundos, seguido de resfriamento para não cozinhar a polpa.	Descontaminação, higienização e aumento da vida útil do produto, eliminando impurezas e patógenos.
BATIMENTO ARTESANAL	Processamento do açaí em batedeiras locais, geralmente de forma manual ou semiartesanal.	Consumo cotidiano pelas famílias ribeirinhas.
ARMAZENAMENTO TEMPORÁRIO	Conservação do açaí batido por curto período, devido à rápida perecibilidade.	Consumo imediato ou venda local.
PROCESSAMENTO INDUSTRIAL	Transformação do fruto em polpa congelada, realizada em unidades industriais.	Comercialização em larga escala e exportação.

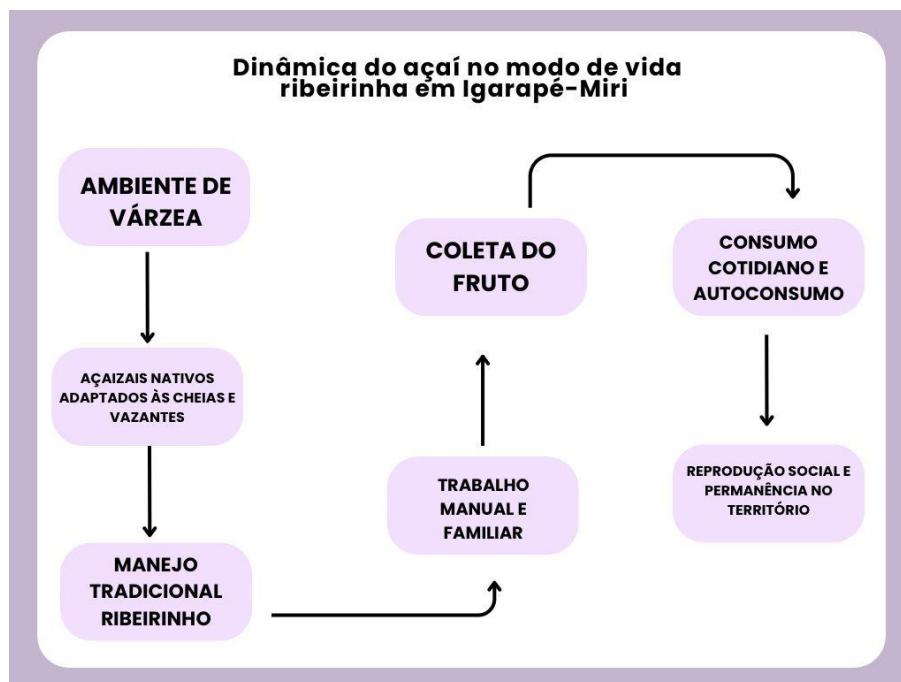
Fonte: Autora, 2025.

⁴ O apanho do açaí refere-se à atividade de coleta dos cachos realizada pelos trabalhadores nos açazais, geralmente por meio da escalada do estipe da palmeira com o uso da peconha.

⁵ A debulhação consiste na etapa posterior à coleta, em que os frutos são separados manualmente dos cachos, preparando-os para a comercialização ou processamento.

O Quadro 1 resume as principais etapas do processamento do açaí em Igarapé-Miri, destacando a coexistência entre práticas tradicionais e processos vinculados à lógica mercantil ampliada. Desde o apanho manual e a debulhação, fortemente associados ao trabalho familiar e ribeirinho, até o processamento industrial voltado à produção de polpa congelada, observa-se uma cadeia produtiva heterogênea, na qual diferentes formas de uso, destino e valorização do fruto coexistem no território.

Figura 8 - Esquema sobre a dinâmica do açaí no modo de vida ribeirinha



Fonte: Elaboração própria, 2025.

A Figura 8 sintetiza a dinâmica do açaí no modo de vida ribeirinho em Igarapé-Miri, evidenciando a articulação entre ambiente natural, trabalho e reprodução social. O esquema demonstra como o ambiente de várzea, marcado pelas cheias e vazantes dos rios, condiciona o desenvolvimento dos açaizais nativos e orienta práticas de manejo tradicional baseadas no conhecimento local. A coleta do fruto, realizada predominantemente por meio do trabalho manual e familiar, conecta-se diretamente ao consumo cotidiano e às práticas de autoconsumo, reforçando a permanência das famílias no território (Cruz, 2015).

Assim, compreender o açaí a partir de suas características botânicas, de seu manejo tradicional e de seu papel na autoconsumo permite reconhecer sua relevância histórica anterior à inserção do fruto nos circuitos mercantis ampliados. Essa base ecológica, cultural e social sustenta, no período recente, a consolidação do açaí como elemento simbólico e estruturador do território miriense, articulando identidade, trabalho e organização espacial. (Santos, 2023). Esses aspectos tornam-se fundamentais para a análise das transformações produtivas e econômicas associadas à expansão do açaí, que serão aprofundadas nos capítulos seguintes.

1.3 O açaí como epicentro da vida local e da identidade miriense

De acordo com Santos (2023), o açaí transcende sua condição de fruto e assume um papel crucial nas dinâmicas sociais e culturais da região, constituindo-se como elemento essencial na formulação da identidade regional. Nesse sentido, evidencia-se que o açaí ultrapassa a condição de recurso natural ou alimento tradicional, passando a ocupar uma posição central na organização da vida urbana, das relações sociais e da identidade coletiva do município (Santos *et al.*, 2024). Sua presença constante no cotidiano transforma o fruto em uma referência simbólica e material, capaz de articular práticas culturais, ritmos de trabalho e usos do espaço, configurando o açaí como verdadeiro epicentro da cidade.

A dinâmica urbana miriense é profundamente influenciada pelo ciclo produtivo do açaí. Costa (2015) ressalta que durante o período da safra, a cidade experimenta intensificação dos fluxos de pessoas e mercadorias, especialmente nos portos, trapiches e áreas de desembarque. Canoas, rabetas e embarcações de pequeno porte chegam continuamente das ilhas e comunidades ribeirinhas, transportando o fruto que abastece batedores, feiras e pontos de venda espalhados pelo espaço urbano, destacando a centralidade do rio na organização da produção, da circulação e do cotidiano local (Lima; Silva, 2014).

Esse movimento diário reforça a centralidade do rio como eixo estruturante da cidade e evidencia a interdependência entre espaço rural, ribeirinho e urbano. Os rios, igarapés e furos não são apenas suporte físico são verdadeiras estradas líquidas que conectam as áreas de várzea aos centros urbanos, viabilizando o escoamento do açaí e a mobilidade dos trabalhadores (Figura 9). Assim, o território miriense foi sendo produzido a partir da relação cotidiana entre população, rio e floresta, configurando modos de vida

profundamente marcados pelo ritmo das águas e pelas práticas agroextrativistas (Lobo, 2020).

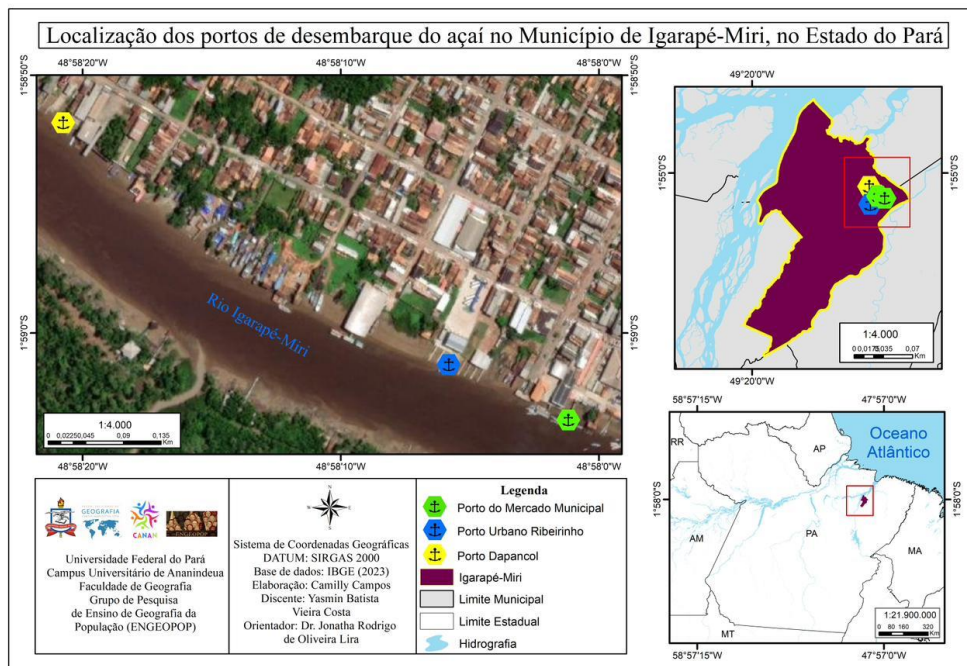
Figura 9 - O rio na organização do território e da vida urbana em Igarapé-Miri (PA)



Fonte: Prefeitura Municipal de Igarapé-Miri, 2021.

Para compreender essa dinâmica, a Figura 10 apresenta a localização dos principais portos de desembarque do açaí no espaço urbano de Igarapé-Miri, revelando o papel do rio como eixo estruturante da circulação, do abastecimento e da organização territorial associada ao fruto.

Figura 10 - Mapa de localização dos principais portos de desembarque do açaí na cidade de Igarapé-Miri



Fonte: Adaptado, Lobo (2020). Acervo pessoal, 2025.

O cotidiano urbano em Igarapé-Miri se organiza em torno do açaí, influenciando horários de trabalho, circulação, funcionamento de estabelecimentos e a paisagem sonora da cidade, enquanto pontos de venda, feiras e batedores do fruto funcionam como espaços de sociabilidade, troca de informações e fortalecimento de vínculos comunitários. Essa centralidade do açaí também se reflete na linguagem, nos costumes e nas narrativas locais, sendo considerado alimento indispensável, símbolo de pertencimento e marcador identitário, de modo que consumi-lo constitui um gesto cultural que reforça a relação histórica entre população, território e natureza. (Santos, 2023)

Em Igarapé-Miri, o açaí ocupa posição tão central na vida social que extrapola sua dimensão alimentar e produtiva, tornando-se referência simbólica que nomeia e estrutura diferentes espaços da cidade. Academias como “Açaí Fit” (Figura 11a), hotéis como “Açaí Palace” (Figura 11b), Conjunto Habitacional “Açaí Lar”, estabelecimentos comerciais, centros culturais, ministérios religiosos, bandas locais e até espaços públicos, como a tradicional Praça Açaí, incorporam o fruto em suas denominações, evidenciando sua presença constante no cotidiano urbano.

Figura 11 - Fotografia das fachadas de dois estabelecimentos em Igarapé-Miri



Fonte: Acervo pessoal, 2025.

Essa recorrência nominal revela que o açaí não é apenas um produto econômico, mas um marcador de identidade que atravessa práticas sociais, relações de trabalho, consumo e lazer. Ao nomear lugares e iniciativas, o fruto consolida-se como epicentro cultural miriense, funcionando como elemento de reconhecimento coletivo e afirmação territorial.

Observa-se a influência dessa cultura em diversas instâncias da sociedade miriense, desde nomes de estabelecimentos, como o centro cultural "Açaizão", a bandas locais como "Sabor Açaí", até ministérios religiosos denominados "Ministério Açaí". O cenário urbano da cidade também reflete essa influência, com inúmeros estabelecimentos, como bares e pontos de venda, ostentando sinais e "bandeiras" com destaque para a palavra "açaí", como a famosa e histórica "praça açaí". (Santos, 2023. p.57)

O Quadro 2 mostra o açaí como epicentro local ao articular suas dimensões territorial, econômica, social, cultural e simbólica na configuração do território de Igarapé-Miri. Essa sistematização está fundamentada nas discussões teóricas desenvolvidas ao longo do capítulo.

No plano territorial, dialoga com Haesbaert (2004), ao evidenciar que o açaí participa dos processos de territorialização e da produção de múltiplas territorialidades, articulando o espaço rural ribeirinho ao urbano.

Na dimensão econômica, as contribuições de Castro (2017) permitem compreender o extrativismo e a inserção do fruto em circuitos ampliados de comercialização, mostrando sua conexão com diferentes escalas e sua relevância para a dinâmica regional.

No âmbito social, a centralidade do açaí pode ser analisada a partir da noção de território usado em Santos (1996), uma vez que o fruto estrutura sistemas de ações relacionados ao trabalho familiar, à organização comunitária e às práticas cotidianas que garantem a reprodução da vida no espaço ribeirinho.

Já nas dimensões cultural e simbólica, Santos (2023) sustenta a compreensão do açaí como referência identitária estruturante, ao demonstrar que o fruto ultrapassa sua condição de mercadoria e se consolida como marcador de pertencimento, memória coletiva e expressão urbana, manifestando-se nas festividades, nas práticas sociais e na própria nomeação de estabelecimentos e espaços na cidade. Assim, o quadro não apenas organiza informações, mas sintetiza a centralidade do açaí na produção material e simbólica do território miriense.

Quadro 2 - O açaí como identidade em Igarapé-Miri

Dimensão	Aspectos observados	Expressões no espaço urbano e social
Econômica	O açaí constitui a principal base da economia local, especialmente durante o período da safra, gerando trabalho e renda para diferentes segmentos da população.	Intensificação dos fluxos nos portos, trapiches, feiras e pontos de venda; ampliação da circulação de pessoas e mercadorias.
Social	A produção, o beneficiamento e a comercialização do açaí mobilizam redes familiares e comunitárias, fortalecendo vínculos sociais.	Participação de diferentes membros da família; interação cotidiana entre produtores, batedores, atravessadores e consumidores.
Cultural	O açaí é incorporado aos hábitos alimentares, às práticas cotidianas e às narrativas locais, sendo reconhecido como símbolo de pertencimento.	Consumo diário do fruto; expressões populares; valorização do açaí como elemento identitário miriense.
Territorial	A dinâmica do açaí estrutura a organização do espaço urbano e a relação entre cidade, rio e várzea.	Centralidade dos rios como eixos de circulação; concentração de atividades econômicas nas áreas ribeirinhas e urbanas.
Simbólica	O açaí representa a história, os saberes tradicionais e a resistência das populações ribeirinhas.	Presença do fruto no imaginário social, nas memórias familiares e na construção da identidade coletiva.

Fonte: Elaboração própria, 2025.

Dessa forma, o açaí configura-se como eixo organizador da vida urbana e da identidade miriense, conectando práticas de autoconsumo, relações sociais e usos do

território. Sua centralidade revela um espaço urbano vivo, moldado pelo ritmo da produção extrativista e pela permanência de modos de vida que resistem e se reinventam diante das transformações econômicas. O açaí, assim, não apenas alimenta o corpo, mas estrutura a cidade, organiza o cotidiano e sustenta o sentimento de pertencimento da população de Igarapé-Miri. (Santos, 2023)

CAPÍTULO II – A PRODUÇÃO DO AÇAÍ, O TRABALHO E O COTIDIANO NO TERRITÓRIO MIRIENSE

2.1 O ciclo do açaí e o calendário produtivo no município de Igarapé-Miri

O extrativismo pode ser compreendido como uma forma de atividade econômica baseada na retirada direta de recursos naturais que podem ser vegetais, animais ou minerais com reduzido ou inexistente processamento local, estando historicamente associado às estratégias de autoconsumo e reprodução social de populações tradicionais (Almeida, 2004).

Na Amazônia, essa prática constitui uma das bases estruturantes do uso do território, articulando natureza, trabalho e organização social, ao mesmo tempo em que se insere em diferentes racionalidades produtivas e econômicas (Silva *et al*, 2016). Conforme discutem os autores supracitados, o extrativismo não se apresenta como uma prática homogênea, podendo variar entre formas que preservam os sistemas naturais e aquelas orientadas pela exploração intensiva dos recursos, especialmente quando subordinadas às dinâmicas de mercado e às estratégias de desenvolvimento impostas à região.

Historicamente, o extrativismo amazônico desempenhou papel central na inserção da região nos circuitos econômicos regionais, nacionais e internacionais, configurando-se como uma atividade marcada pela exportação de matérias-primas e pela dependência de mercados externos (Silva *et al*, 2016). Esse processo, analisado por Becker (2005) no contexto da inserção da Amazônia nas racionalidades do capital, insere o extrativismo em uma lógica mercantil orientada pela demanda externa. Nela, os territórios produtores assumem o papel de fornecedores de matéria-prima, enquanto o valor agregado e os maiores lucros se concentram em outras regiões. Como resultado, aprofundam-se desigualdades socioeconômicas e territoriais, além de surgirem tensões

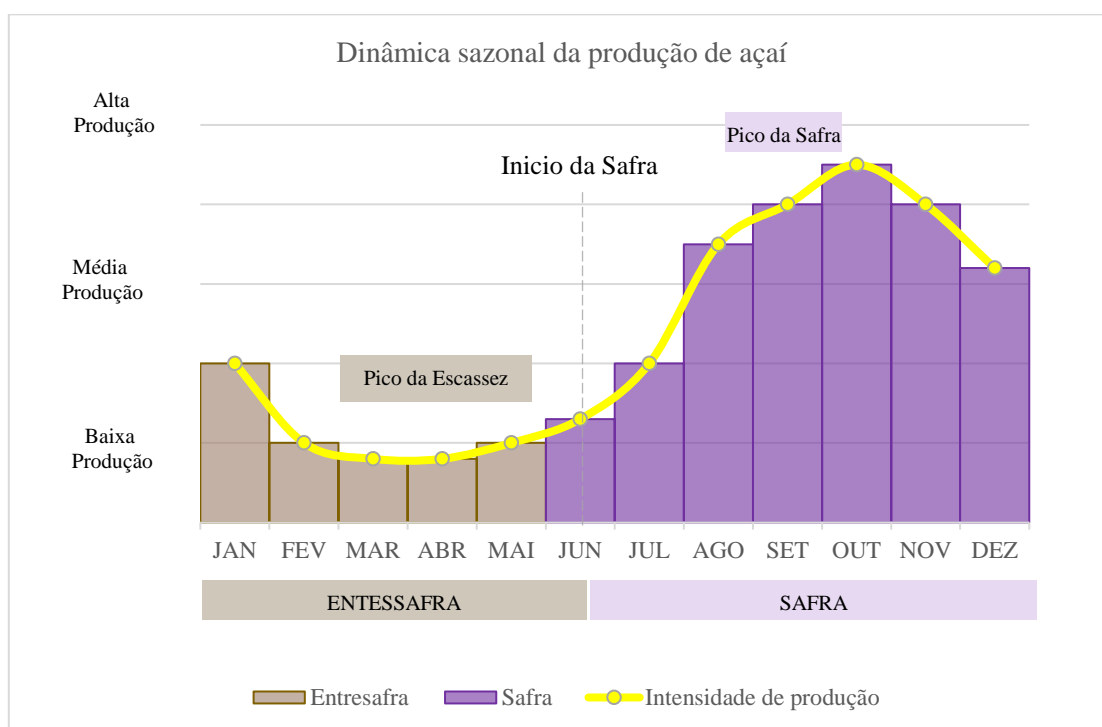
relacionadas à sustentabilidade ambiental e à permanência dos modos de vida tradicionais (Duriguetto, 2007).

Homma (2000) ressalta que o extrativismo não deve ser compreendido apenas como uma prática tradicional ou ambientalmente sustentável, mas como um ciclo econômico marcado por fases de expansão, estagnação e declínio. Segundo o autor, à medida que a demanda de mercado cresce, o setor extrativo tende a enfrentar limites relacionados à disponibilidade dos recursos, ao aumento dos custos de extração e à incapacidade de atender ao consumo em larga escala, o que frequentemente induz processos de domesticação e substituição produtiva. É neste contexto de ciclos econômicos extrativistas e de inserção subordinada no mercado que se destaca, nas últimas décadas, a trajetória do açaí.

O açaí emerge, assim, como um produto emblemático desse padrão extrativista contemporâneo na Amazônia. Originalmente associado ao consumo local e às práticas alimentares das populações ribeirinhas, o açaí passou a integrar circuitos mercantis ampliados, sendo um exemplo claro do processo descrito por Le Tourneau (2025) embora a economia baseada em produtos da biodiversidade amazônica tenha apresentado crescimento, grande parte do valor agregado continua sendo apropriada fora da região, uma vez que as etapas de beneficiamento e industrialização ocorrem majoritariamente em outras escalas geográficas. A comoditização e financeirização do açaí, vinculadas à expansão do regime agroalimentar corporativo, provocam profundas transformações nas dinâmicas territoriais e nas formas de apropriação das áreas de várzea (Serra; Marinho, 2021).

No município de Igarapé-Miri, principal polo produtor do Pará, esse processo se materializa de forma concreta. O ciclo produtivo do açaí local é marcado por forte sazonalidade, reorganizando profundamente o cotidiano da população nos meses de safra. Conforme ilustrado abaixo na Figura 12, entre janeiro e junho (entressafra) predominam ações de manejo e limpeza dos açaiçais, com pico de escassez entre março e abril. Já de julho a dezembro (safra), intensificam-se a catação e o escoamento do fruto, com auge entre agosto e outubro. Este calendário natural impõe um ritmo específico às atividades produtivas, mobilizando trabalhadores, embarcações, portos e estruturas de apoio para o escoamento da produção (Costa, 2015).

Figura 12 – Gráfico da dinâmica sazonal da produção de açaí



Fonte: Adaptado, Costa (2015) e Secretária de Agricultura de Igarapé-Miri (2025).

O calendário produtivo apresentado na Figura 12 não se restringe à organização temporal da colheita, mas constitui elemento estruturante da dinâmica territorial de Igarapé-Miri. Nos meses de safra, intensifica-se o deslocamento de embarcações, amplia-se a movimentação nos portos e ocorre maior dinamização do comércio, revelando a forte articulação entre o espaço rural produtor e o espaço urbano que concentra atividades de beneficiamento, distribuição e comercialização. Por outro lado, durante a entressafra, a redução da oferta do fruto e o aumento da cotação no mercado revelam a dependência estrutural do município em relação ao ciclo do açaí.

Dessa maneira, o ciclo do açaí organiza simultaneamente o tempo da natureza e o tempo social, estruturando práticas cotidianas, fluxos econômicos e relações espaciais. O calendário sazonal revela, portanto, como natureza, trabalho e mercado se articulam na produção do território miriense, demonstrando que a temporalidade do extrativismo é também uma temporalidade social e econômica. É nesse contexto que se torna necessário avançar para a análise da cadeia produtiva e das relações de trabalho, a fim de compreender como os diferentes agentes se inserem nesse processo e como se configuram as hierarquias, mediações e formas de apropriação de valor ao longo do circuito do açaí.

2.2 Cadeia produtiva do açaí e relações de trabalho

Durante o período de safra, observa-se em Igarapé-Miri uma intensificação das atividades relacionadas à cadeia produtiva do açaí, o que repercute diretamente nas relações de trabalho estabelecidas no território. Esse período é marcado pelo aumento da demanda por mão de obra, sobretudo para a coleta do fruto, resultando em deslocamentos temporários de trabalhadores entre áreas urbanas, rurais e ribeirinhas. Trata-se, portanto, de uma mobilidade associada às dinâmicas produtivas, e não de um crescimento populacional permanente, caracterizando a presença de uma população flutuante vinculada às atividades do açaí.

A cadeia produtiva do açaí envolve diversos agentes sociais que fazem parte do circuito espacial da produção e contribuem para o desenvolvimento desta atividade no município. É muito difícil mensurar em números reais quantos estão envolvidos no processo, desde o cultivo, passando pela extração, transporte, comercialização, beneficiamento, consumo, bem como expor a quantidade exata dos ganhos financeiros de todos esses agentes que estão envolvidos na cadeia produtiva, tendo em vista o grande número de pessoas, de localidades produtoras e da sazonalidade e regime de produção. (Lobo, 2020. p. 117)

As relações de trabalho associadas ao açaí estruturam-se a partir de uma cadeia produtiva composta por diferentes agentes, que atuam em etapas distintas e desempenham funções específicas. O Quadro 3 mostra essa rede de relações, sintetizando os principais atores envolvidos na produção, intermediação, processamento e consumo do açaí no município.

Quadro 3 - Rede de relações da cadeia produtiva em Igarapé-Miri

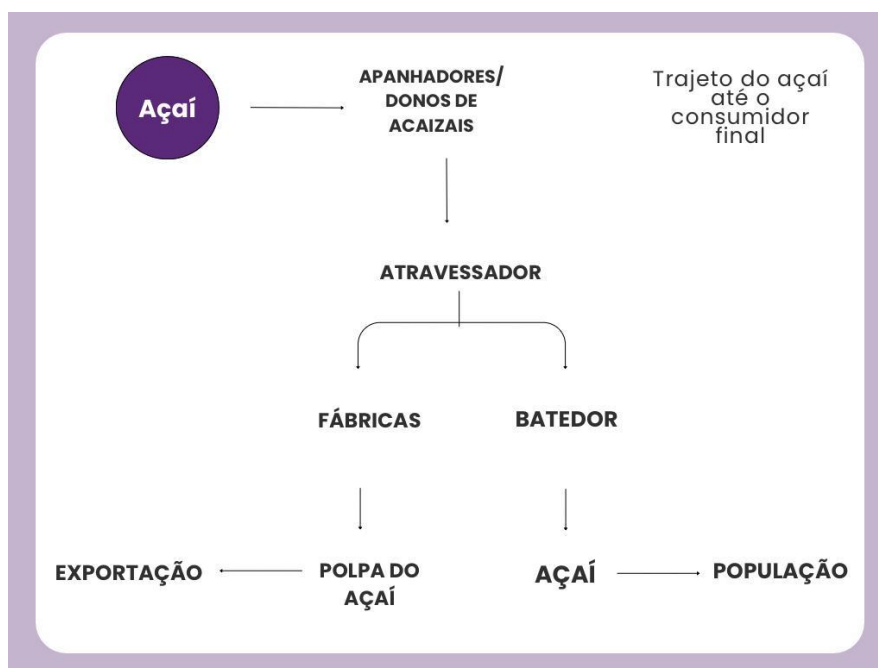
Etapa da rede	Agentes envolvidos	Função desempenhada
Produção	Apanhadores/donos de açazais/ agricultores	Realizam a coleta do açaí nas áreas de várzea, manejando os açazais e fornecendo o fruto in natura
Intermediação	Atravessadores	Compram o açaí diretamente dos produtores, organizam o transporte fluvial e o escoamento inicial da produção
Processamento industrial	Fábricas / Agroindústrias	Transformam o açaí in natura em polpa congelada e outros derivados destinados ao mercado
Processamento artesanal	Batedores artesanais	Batem o açaí para consumo local, produzindo o “vinho” de açaí vendido diretamente à população
Produtos	Polpa de Açaí / Açaí batido	Resultantes do processamento industrial e artesanal, destinados a diferentes mercados
Consumo local	População	Consome o açaí como alimento cotidiano, elemento central da cultura alimentar local
Mercado externo	Exportação	Destino da polpa e derivados do açaí para mercados regionais, nacionais e internacionais

Fonte: Elaboração própria, com base em dados de campo (2025)

O quadro acima reafirma o que Freitas (2020) disserta sobre a cadeia produtiva do açaí em Igarapé-Miri que é marcada por uma rede complexa de relações que envolve proprietários de terra, apanhadores, atravessadores, batedores urbanos e indústrias processadoras. Com base nas entrevistas realizadas em campo, o modelo atualmente mais recorrente de organização da coleta do açaí estabelece uma divisão proporcional da produção, geralmente fixada em 70% para o proprietário da terra e 30% para os apanhadores.

A Figura 13 representa esquematicamente essa rede de relações, demonstrando os fluxos do açaí desde a coleta nas áreas de várzea até o consumo local e a exportação, bem como os diferentes agentes que se articulam ao longo da cadeia produtiva.

Figura 13 – Esquema da rede de relações do açaí



Fonte: Elaboração própria, com base em dados de campo, 2025.

A Figura acima representa o percurso do açaí desde a sua coleta nas áreas de várzea até chegar ao consumidor final, mostrando os principais agentes envolvidos na cadeia produtiva.

O processo se inicia com os apanhadores e donos de açazais, responsáveis pela coleta do fruto. Os apanhadores realizam a extração diretamente nos açazais, geralmente em áreas ribeirinhas, enquanto os donos de açazais controlam o acesso à terra e à produção.

Após a coleta, o açaí é direcionado ao atravessador, que desempenha um papel central na cadeia produtiva. Ele atua como intermediário, comprando o fruto dos produtores e organizando sua distribuição para diferentes destinos, controlando, muitas vezes, os fluxos.

A partir desse ponto, o açaí segue dois principais caminhos: O fruto é encaminhado para agroindústrias, onde passa por processamento, sendo transformado

principalmente em polpa de açaí. Esse produto é então direcionado, em grande parte, para exportação ou para mercados nacionais mais amplos.

Outra parte da produção é destinada aos batedores artesanais, que realizam o processamento do açaí de forma tradicional, produzindo o chamado açaí batido, consumido diretamente pela população local.

Após a coleta, o açaí passa a integrar diferentes trajetórias dentro da cadeia produtiva, iniciando um circuito logístico marcado pela rapidez e pela perecibilidade do fruto. Conforme observado por Freitas (2020), a colheita, a debulha e o armazenamento em paneiros⁶ ocorrem durante a madrugada, momento em que marreteiros⁷ e atravessadores percorrem pequenos portos ribeirinhos para concentrar a produção e encaminhá-la aos portos de maior escala.

Nesse arranjo, os atravessadores desempenham papel central ao intermediar a relação entre produtores e fábricas, organizando o transporte fluvial e o escoamento inicial do açaí ainda *in natura* (Figura 14), processo condicionado pela curta durabilidade do fruto e pela necessidade de rápida comercialização. De acordo com as observações do trabalho de campo em determinados contextos, especialmente em períodos de escassez ou maior demanda urbana, os batedores podem pagar valores mais elevados pelo fruto.

Figura 14 - Rabeta de atravessador levando açaí para venda



Fonte: Autor, 2025.

⁶ Paneiros são cestos artesanais, geralmente confeccionados com fibras vegetais, utilizados no armazenamento e transporte do açaí após a coleta.

⁷ Marreteiros são agentes que atuam na comercialização do açaí, comprando o fruto diretamente dos apanhadores ou produtores para revendê-lo a atravessadores, batedores ou outros intermediários.

Conforme apontam Soeiro e Koury (2020), os trabalhadores responsáveis pela extração do açaí constituem o elo mais vulnerável da cadeia produtiva, uma vez que a valorização econômica do fruto nos mercados nacional e internacional não se traduz em melhores condições de trabalho no âmbito local, perpetuando a invisibilidade social do extrativista e a precarização das relações laborais.

2.3 Impactos socioespaciais da produção do açaí e controle territorial

As dinâmicas associadas à produção do açaí em Igarapé-Miri têm provocado impactos socioespaciais relevantes, perceptíveis tanto nas áreas rurais e ribeirinhas quanto no espaço urbano do município. Conforme Lima e Silva (2014), o modo de vida local não se dá em si mesmo, mas a partir das relações que são mantidas no espaço, entre pessoas próximas e distantes, entre o local e o global. Essas transformações interferem diretamente na organização cotidiana da cidade e na articulação entre os espaços de produção e circulação.

Embora o açaí constitua o principal eixo econômico do município, os benefícios gerados por essa atividade não se distribuem de maneira homogênea entre os diferentes agentes sociais. Uma parcela expressiva da produção é direcionada aos mercados externos, enquanto a população local enfrenta, sobretudo nos períodos de maior demanda, dificuldades de acesso ao fruto, em razão da elevação dos preços e da redução da oferta destinada ao consumo cotidiano (SOEIRO; KOURY, 2020). Essa dinâmica mostra contradições do modelo produtivo vigente, no qual a centralidade econômica do açaí não se converte, necessariamente, em segurança alimentar ou melhoria das condições de vida da população local.

Nesse sentido, o açaí assume um papel ambivalente na organização do território miriense. Ao mesmo tempo em que sustenta a economia local e insere o município em redes produtivas mais amplas, o fruto passa a integrar circuitos nacionais e internacionais de consumo. Conforme destacam Lima e Silva (2014), nesse processo o açaí é incorporado a uma lógica mercadológica que o projeta globalmente, mas tende a desvinculá-lo de seus significados culturais originários. Essa reconfiguração produtiva e simbólica, embora amplie sua valorização econômica, também contribui para o aprofundamento de desigualdades socioespaciais, observadas nas assimetrias de acesso

aos recursos naturais, aos circuitos de comercialização e à apropriação dos ganhos gerados pela atividade.

É nesse contexto que a presença das agroindústrias de beneficiamento de açaí em Igarapé-Miri ganha relevância analítica. Conforme levantamento realizado por Freitas (2020) pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o município contava, à época, com sete agroindústrias registradas em âmbito federal. A pesquisa de campo realizada em 2025 atualizou esse quantitativo, identificando oito unidades em funcionamento, listadas no Quadro 4.

Quadro 4 - Lista de fábricas de processamento em Igarapé-Miri

FÁBRICAS DE PROCESSAMENTO AÇAÍ EM IGARAPÉ-MIRI
1. AÇAÍ TAPAJÓS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
2. AÇAÍ VITANAT INDUSTRIA E COMÉRCIO EIRELI – ME
3. BONY AÇAÍ IMP. EXP. E COMERCIO DE BEBIDAS LTDA
4. NUTRILATINO INDUSTRIA, COM. DE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DE POLPA
5. M.A LOBATO - SABOR AÇAÍ ALIMENTOS
6. DAPANCOL – DARIO PANTOJA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
7. AÇAÍ MIRIENSE INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI-EPP
8. FÁBRICA DE AÇAÍ MMC LTDA – EPP

Fonte: Adaptado de Freitas (2020) com base em dados de campo (2025).

Mais do que sua quantidade, interessa compreender o que essa concentração revela sobre as dinâmicas de controle territorial em curso. A instalação dessas unidades de beneficiamento em Igarapé-Miri não é aleatória. Ela responde à proximidade com a matéria-prima e à necessidade de processamento rápido do fruto, altamente perecível (Freitas, 2020). No entanto, ao se instalarem no município, essas agroindústrias passam a exercer controle sobre etapas estratégicas da cadeia produtiva. São elas que definem volumes, preços e condições de compra junto aos extratores, são elas que processam e agregam valor ao fruto; e são elas, em grande medida, que articulam a inserção do açaí miriense nos mercados externos.

Essa centralidade das agroindústrias no circuito produtivo produz impactos socioespaciais expressivos. Em primeiro lugar, instaura uma relação de dependência dos fornecedores em relação às indústrias. Os produtores rurais, em sua maioria, não participam das decisões sobre preços e condições de venda, atuando como fornecedores de matéria-prima em um mercado concentrado, no qual poucas empresas controlam a

compra do fruto. Essa assimetria de poder limita a capacidade dos produtores de se apropriarem dos ganhos gerados pela cadeia e os coloca em posição de vulnerabilidade diante das flutuações de demanda e preço impostas externamente.

Em segundo lugar, a presença das agroindústrias reconfigura o espaço urbano de Igarapé-Miri. As unidades de beneficiamento, muitas delas localizadas às margens das rodovias de acesso como a PA-151, atraem fluxos de trabalhadores, veículos de carga e serviços de apoio, gerando novas centralidades e pressionando a infraestrutura local.

O período da safra intensifica essa dinâmica, com o aumento significativo do trânsito de caminhões e embarcações, além da circulação de trabalhadores sazonais que se deslocam para atuar nas etapas de processamento.

Segundo Moreira e Magalhães (2014), a concentração do beneficiamento em unidades privadas, voltadas principalmente para a exportação, reforça processos de exclusão local. Nesse sentido, em Igarapé-Miri isso se traduz em dificuldade de acesso ao fruto para consumo cotidiano, sobretudo na entressafra ou quando a demanda externa eleva os preços.

Desse modo, a presença de oito agroindústrias em Igarapé-Miri, portanto, não é apenas um dado estatístico. Ela expressa a centralidade do município na cadeia produtiva do açaí, mas também as contradições e disputas que marcam esse processo. O território miriense é, ao mesmo tempo, espaço de produção, de beneficiamento e de subordinação, onde diferentes agentes disputam o controle sobre os recursos, os fluxos e os lucros gerados pelo fruto. Compreender essas dinâmicas é fundamental para avançar na análise das desigualdades socioespaciais e das possibilidades de construção de modelos territorialmente mais justos e sustentáveis.

CAPÍTULO III – O AÇAÍ COMO ELEMENTO DE RECONFIGURAÇÃO TERRITORIAL EM IGARAPÉ-MIRI

3.1 O açaí como organizador do espaço urbano e rural

A intensificação da globalização e a expansão dos mercados provocaram profundas mudanças na forma como a natureza é percebida e utilizada, especialmente em regiões estratégicas em termos de recursos naturais, como a Amazônia. Nesse contexto, elementos como a floresta, a biodiversidade, a água e os produtos da sociobiodiversidade

passam a ser ressignificados como mercadorias e reservas de valor econômico, integrando circuitos produtivos que ultrapassam a escala local e regional.

Conforme observa Becker (2005, p. 77), "observa-se um processo de mercantilização da natureza. Elementos da natureza estão se transformando em mercadorias fictícias [...] O movimento de mercantilização é irreversível e temos de saber como lidar com ele". A autora alerta, contudo, para a existência de esforços regulatórios sobre o mercado da biodiversidade, indicando que a mercantilização não é um processo homogêneo nem totalizante.

Essa dinâmica está diretamente relacionada à consolidação do meio técnico-científico-informacional, conforme proposto por Santos (1996). Nesse contexto, os avanços técnicos, científicos e informacionais ampliam a capacidade de apropriação, circulação e controle dos recursos naturais, permitindo que territórios antes considerados periféricos sejam incorporados de forma mais intensa às lógicas do capital global. A Amazônia passa, assim, a ser articulada a redes de produção e consumo que subordinam os usos locais do território às demandas externas.

A transformação da natureza em mercadoria implica a conversão de bens historicamente associados ao autoconsumo e à reprodução social em *commodities* voltadas, sobretudo, para mercados nacionais e internacionais. Esse processo redefine as formas de uso do território, altera práticas produtivas tradicionais e intensifica a hierarquização espacial, na medida em que determinados agentes que são dotados de maior poder econômico, técnico e político passam a controlar os fluxos e os ganhos gerados pela exploração dos recursos (SANTOS, 1996; RAFFESTIN, 1993).

Porto-Gonçalves (2018) contribui para esse debate ao afirmar que a Amazônia se encontra em uma encruzilhada histórica, marcada pela disputa entre diferentes projetos de território. De um lado, prevalece a lógica hegemônica de integração da região ao mercado global, orientada pela exploração intensiva da natureza; de outro, resistem formas de uso do território baseadas em saberes tradicionais, modos de vida ribeirinhos e relações mais integradas entre sociedade e natureza. A mercantilização, nesse sentido, não é apenas um processo econômico, mas também político e territorial, gerador de conflitos e desigualdades.

Os efeitos desse processo refletem-se diretamente na vida das populações amazônicas, interferindo no acesso aos recursos naturais e na configuração das atividades produtivas. Recursos antes amplamente disponíveis para uso local passam a se tornar escassos ou mais caros à medida que são incorporados aos mercados globais, indicando

como os territórios locais ficam subordinados às demandas externas e às lógicas de valorização econômica (BECKER, 2005).

É no âmbito dessas disputas e transformações que o açaí emerge, na escala do município de Igarapé-Miri, como um produto estratégico que materializa, no plano local, os processos de mercantilização da natureza e de reconfiguração territorial anteriormente discutidos. O que Becker (2005) descreve como "mercantilização da natureza" e Santos (1996) como "meio técnico-científico-informacional" encontra expressão concreta na trajetória recente do açaí onde um fruto tradicionalmente associado ao autoconsumo e à cultura ribeirinha que, nas últimas décadas, foi progressivamente incorporado a circuitos mercantis ampliados, transformando-se em *commodity* de alcance nacional e internacional.

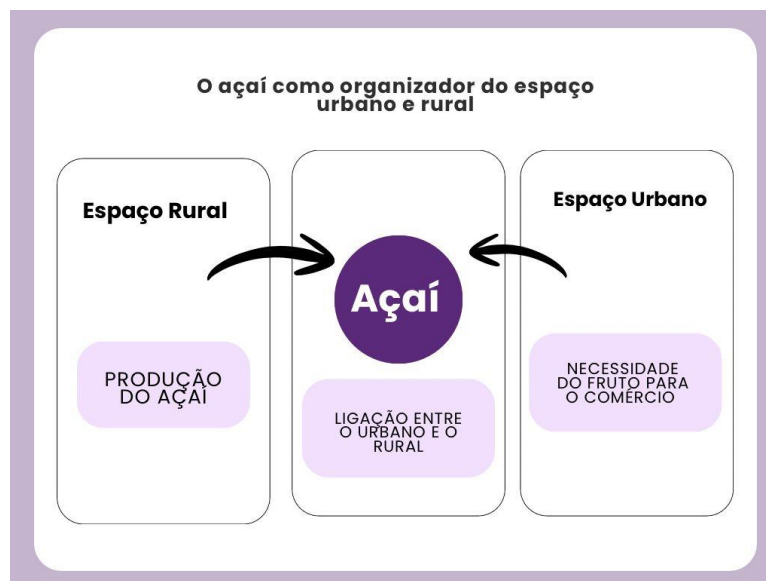
Em Igarapé-Miri, o açaí assume papel decisivo na configuração do território, atuando como eixo a partir do qual se estruturam usos do espaço, fluxos e práticas sociais. Conforme Santos (2023), a fruta não é apenas um alimento, mas integra-se profundamente ao cotidiano das famílias locais, simbolizando aspectos culturais e metafóricos que se manifestam na economia, na nutrição e no imaginário popular por meio de lendas, contos, músicas, danças típicas, eventos culinários e mitos. Mais do que uma atividade produtiva, o fruto organiza a relação entre áreas rurais, ribeirinhas e urbanas, conferindo ao território uma dinâmica marcada pela complementaridade entre produção, circulação e consumo.

Nas áreas rurais e de várzea, a presença dos açazais condiciona o uso da terra e a organização do trabalho. O calendário produtivo passa a ser orientado pela sazonalidade do açaí, influenciando diretamente o ritmo das atividades econômicas e a mobilização da força de trabalho local (CRUZ, 2015). Dessa forma, o espaço rural é estruturado a partir das exigências impostas pela extração do fruto, confirmando sua centralidade na dinâmica territorial do município, sem que isso implique a completa substituição de outras práticas produtivas.

A conexão entre essas áreas produtivas e o espaço urbano ocorre prioritariamente por meio da rede hidrográfica. Os rios desempenham função estratégica como vias de circulação, possibilitando o deslocamento do açaí e dos trabalhadores envolvidos na atividade (LOBO, 2020). Nesse contexto, trapiches, portos informais e embarcações configuram pontos nodais do território, assegurando a integração funcional entre as áreas de coleta e a cidade.

Conforme observado em campo, no espaço urbano o açaí influencia diretamente a organização de atividades econômicas voltadas ao beneficiamento, à comercialização e o consumo. A cidade incorpora funções diretamente relacionadas à cadeia produtiva do fruto, ajustando sua dinâmica cotidiana às demandas de recepção, processamento e distribuição sobretudo durante o período da safra, quando se intensificam os fluxos de pessoas, mercadorias e embarcações.

Figura 15 - O açaí como organizador do espaço urbano e rural em Igarapé-Miri



Fonte: Elaboração própria, com base em dados de campo, 2025.

A Figura 15 sintetiza essa organização territorial ao representar os fluxos estabelecidos entre áreas de produção rural, transporte fluvial e espaço urbano. O esquema mostra o papel do açaí como núcleo articulador dessas relações confirmando como os dois espaços estão ligados através do fruto, demonstrando como o território miriense é produzido a partir de interações contínuas entre diferentes espaços e funções.

Dessa forma, evidencia-se que o açaí assume papel estruturante na configuração do território. Conforme aponta Veiga (2023), compreender a ruralidade exige analisar não apenas o espaço rural isoladamente, mas as interações com o urbano, reconhecendo áreas intermediárias que apresentam características híbridas e dinâmicas próprias. Nesse contexto, o açaí organiza a relação entre áreas rurais, ribeirinhas e urbanas, funcionando como elemento integrador entre produção, circulação e consumo.

Essa centralidade do açaí na organização territorial de Igarapé-Miri, no entanto, não pode ser compreendida apenas a partir de suas dimensões locais e cotidianas. A própria intensificação dos fluxos de pessoas, embarcações, frutos e capitais comprova que

o território miriense se encontra cada vez mais articulado a redes e circuitos que extrapolam a escala municipal. São justamente as infraestruturas territoriais e os circuitos espaciais produtivos que viabilizam essa conexão entre a produção local e os mercados regional, nacional e internacional.

3.2 Inserção mercantil do açaí e a organização territorial no Baixo Tocantins

A identificação de Igarapé-Miri como integrante da "Rota do Açaí do Baixo Tocantins" expressa publicamente sua centralidade na cadeia produtiva regional (Figura 16). O portal de entrada do município, ao incorporar essa denominação, materializa uma estratégia de posicionamento territorial vinculada à economia do açaí, sinalizando a especialização produtiva local e sua inserção em circuitos comerciais ampliados.

Conforme discutem Moreira & Magalhães (2014), a especialização produtiva em economias periféricas caracteriza-se pela concentração da base econômica em *commodities* agrícolas ou metálicas, integradas a cadeias globais sob controle externo, com reduzidos efeitos de encadeamento local e limitada apropriação do valor gerado nas etapas posteriores. Nesse sentido, a "Rota do Açaí" revela não apenas o protagonismo de Igarapé-Miri na produção, mas também sua inserção subordinada em um padrão no qual os elos mais dinâmicos da cadeia concentram-se fora do município.

Figura 16 - Portal de acesso a Igarapé-Miri identificado como “Rota do Açaí do Baixo Tocantins”

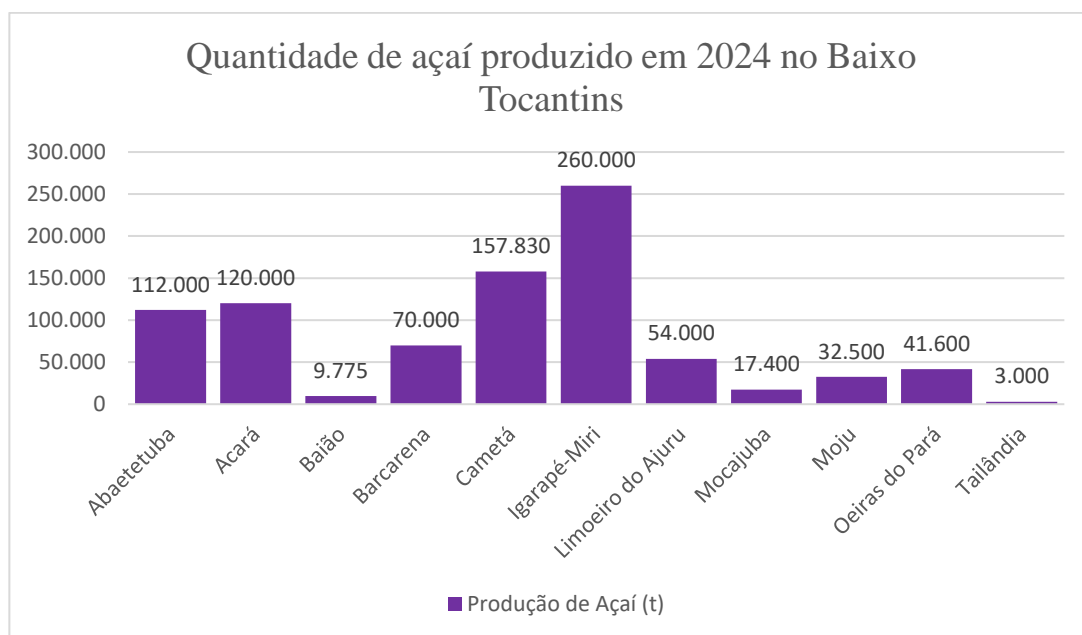


Fonte: Emerson Pinheiro, 2024.

A “Rota do Açaí” integra o Programa Rotas de Integração Nacional, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), cuja finalidade é estruturar cadeias produtivas estratégicas e ampliar a inserção de produtos regionais nos mercados interno e externo (BRASIL, 2021). No Pará, o Polo Baixo Tocantins reúne alguns dos principais municípios produtores, consolidando a região como núcleo estratégico da produção estadual. A vinculação institucional reforça o papel do território na dinâmica ampliada da cadeia do açaí.

Para além da dimensão discursiva e institucional, essa centralidade pode ser observada nos dados da Produção Agrícola Municipal (PAM/IBGE) de 2024, que mostram a posição de destaque de Igarapé-Miri no interior do Baixo Tocantins (Figura 17).

Figura 17 – Gráfico de produção de açaí nos municípios do Baixo Tocantins em 2024 (t)



Fonte: IBGE, PAM, 2024.

Os dados indicam que Igarapé-Miri lidera a produção regional, com 260 mil toneladas, seguido por Cametá, Abaetetuba e Acará. Essa concentração produtiva revela a formação de uma hierarquia territorial, na qual poucos municípios concentram grande parte da produção estadual. O volume expressivo amplia a capacidade de negociação do

município e fortalece sua inserção em circuitos comerciais que extrapolam a escala regional.

Em um cenário de crescente valorização do açaí no mercado externo, a liderança produtiva converte-se em vantagem competitiva. A capacidade de ofertar grandes volumes de forma contínua é elemento central para atender às exigências de mercados nacionais e internacionais, inserindo o território miriense em cadeias globais de valor.

Essa inserção, entretanto, depende de infraestrutura capaz de garantir fluidez e rapidez no escoamento do fruto. A organização territorial voltada ao açaí materializa-se na presença de portos, trapiches, embarcações, armazéns e rotas fluviais que conectam as áreas de várzea aos centros de beneficiamento e distribuição.

Entre esses equipamentos destaca-se o Porto urbano-ribeirinho Manoel Luiz Ferreira Fonseca (Figura 18), que concentra parcela significativa do volume escoado e funciona como ponto nodal do circuito produtivo.

Figura 18 - Porto urbano-ribeirinho Manoel Luiz Ferreira Fonseca



Fonte: Autor, 2025.

Os portos articulam agricultores, atravessadores, transportadores e compradores, permitindo que o açaí produzido nas comunidades ribeirinhas seja incorporado a fluxos comerciais ampliados. É por meio dessa infraestrutura que o produto deixa o espaço local e integra redes de distribuição que alcançam centros urbanos nacionais e mercados internacionais.

Dessa forma, o portal, os dados produtivos e a infraestrutura portuária não constituem elementos isolados, mas dimensões complementares de um mesmo processo, que é a consolidação de Igarapé-Miri como território estratégico na cadeia do açaí e sua inserção crescente no mercado global. Contudo, essa integração ampliada também reconfigura as dinâmicas internas do município, produzindo efeitos diferenciados sobre produtores, trabalhadores e consumidores locais. Assim, se torna necessário avançar para a análise das tensões socioeconômicas, do acesso desigual ao açaí e das estratégias locais de resistência.

3.3 Tensões socioeconômicas, acesso desigual ao açaí e estratégias locais de resistência

Apesar de ser o principal produto econômico de Igarapé-Miri e ocupar posição central na dinâmica produtiva do município, o açaí não está igualmente acessível à população local, pois de acordo com Lima e Silva (2014) a maior demanda tem aumentado para outras regiões e também para o exterior. Desse modo, essa grande demanda tem provocado elevação dos preços e redução da disponibilidade do fruto para o consumo cotidiano local.

Essa realidade revela uma contradição territorial que ao mesmo tempo em que o município se consolida como um dos maiores produtores e exportadores de açaí do Pará, parcelas significativas da população enfrentam dificuldades para acessar o alimento que historicamente compõe sua base alimentar e cultural. O território, nesse contexto, passa a ser organizado prioritariamente segundo as exigências do mercado, em detrimento das necessidades locais, isso fica evidente com os dados da tabela 1, mostrando que a menor parte do açaí produzido fica no município.

Tabela 1 - Destinação do Açaí

Destino	Percentual aproximado (%)
Consumo local (município)	5-10
Mercado regional (Região Metropolitana de Belém)	40-55
Outros estados do Brasil	25-35
Exportação internacional	5-10

Fonte: Secretária Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Pesca de Igarapé-Miri, 2025.

As tensões socioeconômicas tornam-se ainda mais evidentes quando se observam as relações estabelecidas ao longo da cadeia produtiva do açaí, já destacadas por Soureiro e Koury (2020), mostrando que a concentração do poder econômico nas mãos das agroindústrias e agentes externos contrasta com a condição dos apanhadores, trabalhadores sazonais e pequenos produtores, que enfrentam instabilidade de renda, baixa autonomia na definição de preços e condições de trabalho frequentemente precárias.

Para compreender essas assimetrias, o Quadro 5 sintetiza os principais agentes envolvidos na cadeia produtiva do açaí em Igarapé-Miri, indicando suas funções e os efeitos territoriais associados à sua atuação.

Quadro 5 - Relações de poder e desigualdade na cadeia produtiva do açaí

Agentes da cadeia	Função principal	Efeitos territoriais e socioeconômicos
Apanhadores e agricultores familiares	Coleta do açaí nas áreas de várzea e manejo dos açazais	Dependência da safra, instabilidade de renda, esforço físico e intenso e pouca autonomia sobre os preços
Donos de açazais	Controle da terra e autorização da coleta	Concentração do acesso aos recursos naturais e apropriação parcial da produção
Atravessadores	Intermediação da compra e transporte do açaí in natura	Controle dos fluxos, definição de preços e fortalecimento da dependência dos produtores
Agroindústrias	Processamento e exportação do açaí	Maior concentração de capital, controle territorial indireto e inserção no mercado global
Batedores artesanais	Processamento para consumo local	Garantem o abastecimento urbano, mas enfrentam concorrência com grandes compradores
População local	Consumo do açaí como alimento cotidiano	Acesso limitado e períodos de alta demanda e elevação dos preços

Fonte: Elaboração própria, com base em dados de campo, 2025.

A partir desse quadro, observa-se que as desigualdades não se restringem à dimensão econômica, mas se expressam territorialmente, por meio do controle do acesso à terra, aos recursos naturais, às infraestruturas e aos circuitos de circulação da produção. O domínio exercido por agentes intermediários e industriais reforça uma lógica de mercantilização da natureza, na qual o valor de troca do açaí se sobrepõe ao seu valor de uso para as populações locais.

Mercantilização da natureza - Refere-se à transformação de elementos naturais em mercadorias, submetendo-os à lógica do mercado (BECKER, 2005). Nesse processo, recursos como o açaí deixam de atender prioritariamente ao consumo local e passam a ser orientados por demandas externas, sendo produzidos e comercializados com foco na valorização econômica. Essa dinâmica pode ser compreendida através da perspectiva de Santos (1996), ao evidenciar que o uso do território passa a ser condicionado por agentes, técnicas e fluxos que articulam o local a escalas mais amplas, redefinindo práticas produtivas e formas de apropriação dos recursos.

Apesar desse cenário, também emergem estratégias locais de resistência e permanência no território, como a manutenção do processamento artesanal, as relações comunitárias de trabalho e a valorização do consumo local do açaí. Essas práticas revelam tentativas de reafirmação do território vivido frente às pressões do mercado, demonstrando que, mesmo inserido em circuitos globais, o açaí continua sendo um elemento central da identidade, da cultura e da reprodução social em Igarapé-Miri.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo analisar de que forma a expansão da cadeia produtiva do açaí tem contribuído para a reconfiguração do território de Igarapé-Miri (PA), considerando suas implicações nas dinâmicas socioeconômicas, nas relações de trabalho e na organização espacial.

No que se refere à questão de pesquisa, constatou-se que o aumento da produção e da exportação do açaí tem, de fato, promovido uma reorganização do território miriense. Observou-se o fortalecimento dos fluxos entre as áreas de várzea, os circuitos fluviais e o espaço urbano, reafirmando o rio como eixo estruturador da produção e da circulação. Ao mesmo tempo, verificou-se que essa dinâmica intensifica a inserção do município em circuitos regionais, nacionais e internacionais, ampliando a complexidade das relações territoriais. Nesse sentido, a hipótese proposta foi confirmada, na medida em que a expansão da cadeia produtiva contribui tanto para a reorganização espacial quanto para a transformação das relações de trabalho e para a ampliação das desigualdades no acesso ao fruto.

Do ponto de vista teórico, o estudo contribui para o entendimento das dinâmicas territoriais associadas ao extrativismo amazônico, ao mostrar que o açaí ultrapassa sua condição de produto econômico, constituindo-se como elemento estruturador do território e das relações sociais. A análise permitiu compreender que o território é produzido a partir da articulação entre diferentes escalas e agentes, sendo atravessado por relações de poder que se expressam no controle dos fluxos, dos preços e das infraestruturas. Além disso, verificou-se que a crescente valorização do açaí no mercado global intensifica o processo de mercantilização da natureza, ao mesmo tempo em que redefine práticas tradicionais e modos de vida ribeirinhos.

Entretanto, essa inserção ocorre de forma desigual. Os trabalhadores extrativistas permanecem em condição de maior vulnerabilidade, enquanto agentes intermediários e agroindustriais concentram maior poder de controle e apropriação dos rendimentos. Essa contradição revela que, embora o açaí fortaleça a economia local e amplie a inserção do município em redes produtivas, também intensifica desigualdades socioespaciais e limita o acesso da população ao fruto.

Por fim, quanto aos limites e perspectivas futuras, destaca-se que a pesquisa se concentrou em um recorte temporal específico e em um número delimitado de sujeitos

entrevistados, o que não esgota a complexidade da cadeia produtiva do açaí no município. Dessa forma, sugere-se que estudos futuros possam ampliar o número de entrevistas, aprofundar a análise sobre as condições de trabalho ao longo da cadeia e investigar com maior detalhamento o papel das políticas públicas e das agroindústrias na reorganização do território. Além disso, recomenda-se o desenvolvimento de pesquisas comparativas com outros municípios produtores, a fim de compreender as diferentes formas de inserção nos circuitos produtivos e suas implicações territoriais.

Dessa forma, conclui-se que a cadeia produtiva do açaí desempenha papel central na reconfiguração do território miriense, influenciando a organização do espaço, as relações de trabalho e os modos de vida locais, em um processo marcado por disputas, assimetrias e diferentes formas de apropriação do território.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Samuel Soares de; AMARAL, Dário Dantas do; SILVA, Antonio Sérgio Lima da. Análise florística e estrutura de florestas de várzea no estuário amazônico. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Naturais, Belém, 2004. v. 34, n. 4, p. 513–524.

_____, Alfredo Wagner Berno de. "Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais". **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, 2004, v. 6, n. 1, p. 9-32.

BENTES, Elisabeth dos Santos; HOMMA, Alfredo Kingo Oyama; SANTOS, César Augusto Nunes dos. Exportações de polpa de açaí do Estado do Pará: situação atual e perspectivas. In: **SOBER – Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, 2017, Santa Maria. Anais [...]. Santa Maria: SOBER, 2017

BORGES, Carla Gislaíne Cavalcante; CARDOSO, Ana Eliza Silva; PINHEIRO, Dácio Mateus Targino; RIBEIRO, Leonardo José Alexandre; SILVA, Antônio Kledson Leal; MELO JÚNIOR, Luiz Cláudio Moreira. Transformações oriundas do aumento da produção de açaí no município de Igarapé-Miri (PA). In: **EDITOR CIENTÍFICA** (org.). 2024, v. 1. p. 350-361.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. **Rota do Açaí**. Brasília: MDR, 2021. Disponível em: <http://portalrotas.avaliacao.org.br/rota/rota-do-acai/1>.

COSTA, Ana Paula Dias. **A influência da intensificação da produção de açaí (Euterpe oleracea Mart.) na diversidade de atividades produtivas de ribeirinhos no estuário amazônico**. 2015. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Amazônicas) – Universidade Federal do Pará; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental, Belém, 2015.

CRUZ, Nilma Conceição Costa da. **Transição do monocultivo do açaí (Euterpe oleracea Mart.) para os sistemas agroflorestais, em área de várzea no município de**

Igarapé-Miri, Pará. 2015. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Pará, Castanhal, 2015.

FREITAS, Tatiana Pará Monteiro de. **Geomarketing da rota do açaí do município de Igarapé-Miri/PA.** 2020. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, Campus Castanhal, Castanhal, 2020.

GOMES, Carlos Valério Aguiar. Ciclos econômicos do extrativismo na Amazônia na visão dos viajantes naturalistas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi.** Ciências Humanas, Belém, 2018. v. 13, n. 1, p. 129-146.

GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia,** Campinas, v. 2, n. 3, p. 523–545, 2012. Tradução de Isabela Fajardo e Luciano Duarte.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade.** Porto Alegre: [s.n.], 2014.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. Amazônia: os limites da opção extrativa. **Ciência Hoje,** Rio de Janeiro, v. 27, n. 159, p. 70–73, abr. 2000.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama; NOGUEIRA, Oscar Lameira; MENEZES, Antônio José Elias Amorim de; CARVALHO, José Edmar Urano de; NICOLI, Clarisse Maia Lana; MATOS, Grimoaldo Bandeira de. Açaí: novos desafios e tendências. **Amazônia: Ciência & Desenvolvimento,** Belém, 2006. v. 1, n. 2, p. 7–23.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Produção Agrícola Municipal:** culturas temporárias e permanentes — o que é. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

LIMA, Rosemildo Santos; SILVA, Christian Nunes da. Territorialidade e modo de vida dos produtores de açaí de Vila Maiauatá em Igarapé-Miri/PA. In: **VII Congresso Brasileiro de Geógrafos**, Vitória/ES, agosto 2014.

LIMA, Sebastião Flores de. **Cadeia produtiva do açaí**: processo produtivo e suas dimensões econômica, social e ambiental. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Agrárias e do Ambiente) – Instituto de Natureza e Cultura, Universidade Federal do Amazonas, Benjamin Constant, 2024.

LE TOURNEAU, François-Michel. **Economia baseada em produtos da biodiversidade amazônica na Amazônia brasileira**: dimensão, geografia e gargalos. *Confins*, n. 68, 2025.

LOBO, Ederson Ferreira. **Dinâmica econômica e reestruturação espacial no Baixo Tocantins**: implicações socioespaciais da cadeia produtiva do açaí em Igarapé-Miri-PA. 2020. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

MARTINS, P. F. S. *et al.* (Org.). **Várzeas estuarianas do Baixo Rio Tocantins**: uso sustentável por ribeirinhos e agricultores. Belém: NUMA/UFPA, 2024.

MOREIRA, Carlos Américo Leite; MAGALHÃES, Emanuel Sebag de. Um novo padrão exportador de especialização produtiva? Considerações sobre o caso brasileiro. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, 2014. n. 38, p. 91-104.

PARÁ (Estado). **Decreto nº 1.066, de 19 de junho de 2008**. Dispõe sobre a regionalização oficial do Estado do Pará e dá outras providências. Belém: Assembleia Legislativa do Estado do Pará, 2008.

PIRAUX, Marc; SOMBRA, Daniel; SIMÕES, Aquiles. A diversidade socioespacial do Território Baixo Tocantins e impactos na agricultura familiar. In: **Na várzea e na terra firme**: transformações socioambientais e reinvenções camponesas. Belém: NUMA/UFPA, 2017. p. 77-114.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia**: encruzilhada civilizatória: tensões

territoriais em curso. Obrajes (Bolívia): Instituto para el Desarrollo Rural de Sudamérica – IPDRS; CIDES – UMSA, 1. ed., janeiro 2018

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPÉ-MIRI. **História de Igarapé-Miri**. Site oficial. Igarapé-Miri, PA, [s.d.]. Disponível em: <https://igarapemiri.pa.gov.br>. Acesso em: 23 jan. 2026.

QUARESMA, Gilvan Almeida; MACIEL, Maria Beatriz Portilho. Açaí: uma alternativa agroecológica após o fim do cultivo de cana-de-açúcar no município de Igarapé-Miri. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 12., 2024, Rio de Janeiro, RJ. **Cadernos de Agroecologia**, Rio de Janeiro, 2024. v. 19, n. 1.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática, 1993

SANTOS, Cristiano Moreno Valente dos. **O açaí como ícone de identidade social, econômica e cultural amazônica**: um estudo de caso em Igarapé-Miri. 2023. Dissertação (Mestrado em Cidades: Territórios e Identidades) – Universidade Federal do Pará, Abaetetuba, 2023.

SANTOS, Cristiano Moreno Valente; TAVARES, Francinei Bentes; LIMA, Joanderson Barra; CORDEIRO, Yvens Ely Martins. Para além do fruto: a identidade histórica e cultural de Igarapé-Miri com o açaí. **Caderno Pedagógico**, Curitiba, 2024. v. 21, n. 1, p. 2098-2118.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SERRA, Florence Rios; MARINHO, Marisson de Melo. Análise do processo de financeirização do açaí enquanto commodity e da perspectiva de sua conversão em ativo financeiro negociável na bolsa. In: **CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA**

DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER), 59., 2021, Brasília, DF. Anais eletrônicos [...]. Brasília, DF: SOBER, 2021. GT 3 – Evolução, estrutura e dinâmica dos complexos agroindustriais.

SILVA, Danielle Wagner; CLAUDINO, Livio Sérgio; OLIVEIRA, Carlos Douglas; MATEI, Ana Paula; KUBO, Rumi Regina. Extrativismo e desenvolvimento no contexto da Amazônia brasileira. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, 2016. v. 38, p. 557–577.

SILVA, Sérgio Luis Barbosa da. **Paisagens amazônicas na várzea e terra firme: uma análise do cultivo do açaí no estado do Pará/Brasil**. 2022. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2022.

SOEIRO, Laís de Castro; KOURY, Suzy Elizabeth Cavalcante. O trabalho análogo ao escravo na cadeia produtiva regional do açaí: uma análise acerca das relações e das condições de trabalho na cadeia de valor. **Revista do Direito do Trabalho e Meio Ambiente do Trabalho**, 2020. v. 6, n. 2, p. 38–54.

QUARESMA, Madson; SOMBRA, Daniel; LEITE, Alegria; CASTRO, Carlos. Periodização econômica de Abaetetuba (PA) a partir de sua configuração espacial. **PerCursos**, Florianópolis, 2016. v. 16, n. 32, p. 143–168.

TAVARES, Maria Goretti da Costa. Geopolítica Portuguesa, Controle e Formação Territorial na Amazônia dos séculos XVII-XVIII: os fortes, as missões e a política pombalina. **VI Congresso da Geografia Portuguesa Lisboa**, 17-20 de outubro de 2007.

VEIGA, José Eli da. **A relação rural/urbano no desenvolvimento regional**. II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Mestrado e Doutorado, Santa Cruz do Sul, RS, 2023.

APÊNDICES

ENTREVISTA ATRAVESSADOR

Nome: _____

Data: ____ / ____ / ____

Sexo: () Feminino () Masculino

Idade: _____

1. Há quanto tempo você trabalha como atravessador? Como aprendeu esse trabalho?
2. Hoje você trabalha sozinho ou tem uma equipe? Como transporta o açaí?
3. De quem você costuma comprar mais: de apanhadores, de donos de terreno, ou de quem arrenda área?
4. Como funciona a negociação do preço com quem vende pra você?
5. Para onde você costuma levar: para fábricas específicas ou diferentes compradores? Quem costuma pagar mais? O que determina quem fica?
6. Quanto tempo o açaí leva da coleta até a entrega?
7. Na sua opinião, o preço que chega para o apanhador é justo?
8. A concorrência entre atravessadores aumentou nos últimos anos?
9. Quando uma área é arrendada, você perde fornecedores?
10. Você acha que a exportação de açaí para fábricas de fora prejudica a cidade?
11. Já percebeu falta de açaí ou aumento de preço para o consumo local?
12. Na sua opinião, o açaí hoje melhora ou piora a vida de quem mora em Igarapé-Miri?
13. O fruto de melhor qualidade costuma sair mais rápido da cidade?
14. O que você acha que poderia melhorar na cadeia do açaí?

ENTREVISTA DONO DO AÇAIZAL

Nome: _____

Data: ____ / ____ / ____

Sexo: () Feminino () Masculino

Idade: _____

1. Há quanto tempo você é proprietário? Como aprendeu esse trabalho?
2. Hoje você trabalha sozinho ou tem uma equipe?
3. Como é organizada a colheita do açaí na sua área?
4. Quem apanha seu açaí? Familiares? Trabalhadores contratados ou ambos?
5. Existe algum tipo de acordo ou divisão da produção com os apanhadores?
6. O manejo do açaizal mudou nos últimos anos? Como?
7. Para quem o seu açaí costuma ser vendido? Há diferenças de preços?
8. Durante a safra há aumento de pessoas trabalhando nos açaizais? De onde elas vêm?
9. Você percebe diferença na rotina da família e da comunidade durante a safra? Quais?
10. Você acha que o açaí trouxe benefícios ou problemas para a cidade? Quais?
11. Quem o senhor acha que ganha mais com o açaí hoje?
12. O que o açaí representa para o senhor e sua família?

ENTREVISTA APANHADORES / PECONHEIROS

Nome: _____

Data: ____ / ____ / ____

Sexo: () Feminino () Masculino

Idade: _____

1. Há quanto tempo você trabalha como apanhador? Como aprendeu esse trabalho?
2. Esse trabalho é a sua principal fonte de renda?
3. O senhor mora na cidade ou nas comunidades? Como é seu deslocamento durante a safra?
4. O seu trabalho com o açaí acontece durante o ano todo ou somente durante a safra?
5. No período da entressafra o senhor realiza outras atividades? Quais?
6. Como funciona a divisão do açaí entre você e o dono da área? Você acha justa a divisão?
7. Seu trabalho é realizado em grupo ou de forma individual?
8. A renda obtida com o açaí é suficiente para manter sua família? Qual a variação entre safra e entressafra?
9. Seu trabalho é o mesmo independente do destino do açaí?
10. Quem lucra mais com o açaí?
11. Já percebeu falta de açaí ou aumento de preço para o consumo local?
12. Na sua opinião, o açaí hoje melhora ou piora a vida de quem mora em Igarapé-Miri?
13. O senhor percebe mudanças no território nos últimos anos por conta do açaí? Facilitou a vida das comunidades?
14. Você pretende continuar trabalhando com a apanha do açaí? Há algo que precisa ser melhorado?

ENTREVISTA BATEDORES

Nome: _____

Data: ____ / ____ / ____

Sexo: () Feminino () Masculino

Idade: _____

1. Há quanto tempo você trabalha como batedor de açaí? Como aprendeu esse trabalho?
2. O ponto de venda é próprio ou alugado? É a sua principal fonte de renda?
3. Seu trabalho ocorre durante todo o ano ou em períodos específicos?
4. De onde vem o açaí que você trabalha?
5. Há diferença na qualidade ou preço conforme a origem do açaí?
6. Você sente dificuldade para competir pela compra do açaí com as fábricas? Paga mais caro?
7. A quantidade de açaí disponível no mercado local diminuiu nos últimos anos?
8. A população consegue consumir com a mesma frequência de antes?
9. Você percebe reclamações dos clientes em relação ao preço ou qualidade do açaí?
10. Você acha que a exportação de açaí para fábricas de fora prejudica a cidade? O mercado local tem perdido espaço para o mercado externo?
11. Como a cidade se organiza em função do açaí? (horários, circulação, pontos de venda...) Houve alguma mudança na dinâmica da cidade nos últimos anos?
12. Na sua opinião, o açaí hoje melhora ou piora a vida de quem mora em Igarapé-Miri?
13. O fruto de melhor qualidade costuma sair mais rápido da cidade?
14. O que você acha que poderia melhorar na cadeia do açaí?

ENTREVISTA CONSUMIDOR

Nome: _____

Data: ____ / ____ / ____

Sexo: () Feminino () Masculino

Idade: _____

1. Há quanto tempo você mora em Igarapé-Miri?
2. Com que frequência você consome açaí?
3. De onde vem o açaí que você consome?
4. O preço do açaí aumentou nos últimos anos? E como está a qualidade?
5. O aumento já fez você reduzir o consumo? Em que período isso acontece?
6. Já houve momentos em que não encontrou onde comprar?
7. Você percebe diferença na qualidade do açaí durante os anos? É o mesmo de anos atrás?
8. A ausência de açaí afeta a sua rotina alimentar? Com quais alimentos costuma consumir junto?
9. Você acredita que a exportação interfere no acesso ao açaí?
10. Você acha que a exportação de açaí para fábricas de fora prejudica a cidade?
11. Você acha que o açaí deveria ser mais acessível para quem mora aqui? O que precisa melhorar?
12. Na sua opinião, o açaí hoje melhora ou piora a vida de quem mora em Igarapé-Miri?
13. O fruto de melhor qualidade costuma sair mais rápido da cidade?